

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amarel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3ª Seessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 195ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 17 de Outubro de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Arizone Araújo, Borsari Neto, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Braniuk, Maurício Frut, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Quielse Crisóstomo, Xenofonte Villanueva, Odilon Reinhardt, Mugiati Filho, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Igo Losso, Ivo Thomazoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Wilson Brandão (36); achando-se ausentes, os seguintes Srs. Deputados: David Federmann, Hélio Manfrinato, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Emílio Carazzai, Iris Caldart, Ivo Rocha, João Fa-dei, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 230-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 271-71, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Mello. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. Em votação. — Manto do Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 231-73.
Levanta-se a Sessão.

3ª Seessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 196ª Sessão Ordinária Realizada em 17 de Outubro de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Costa, Arizone Araújo, Borsari Neto, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Braniuk, Maurício Frut, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Quielse Crisóstomo, Xenofonte Villanueva, Odilon Reinhardt, Mugiati Filho, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Igo Losso, Ivo Thomazoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Wilson Brandão (36); achando-se ausentes, os seguintes Srs. Deputados: David Federmann, Hélio Manfrinato, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Emílio Carazzai, Iris Caldart, Ivo Rocha, João Fa-dei, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM N.º 86-73

Curitiba, 5 de outubro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência Anteprojeto de Lei que trata de garantias a serem concedidas a operações de créditos contratadas ou a contratar entre a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR e o Banco do Brasil S.A. na qualidade de Agente Financeiro do Banco Central do Brasil ou diretamente com outra entidade financiadora, no valor de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) visto a necessidade da existência de Lei Estadual, através da qual o Poder Executivo se comprometa incluir nos próximos orçamentos os recursos necessários para que possa a Fundação IAPAR honrar nos vencimentos os compromissos assumidos.

Cumpré ressaltar que do total acima Cr\$ 12.164.000,00 (doze milhões, cento e sessenta e quatro mil cruzeiros) já estou em fase de conclusão de tratativas, estando ainda o Governo do Estado em entendimentos iniciais visando à possibilidade de se realizar novo empréstimo, também destinado à Fundação IAPAR.

Cumpré ressaltar que do total acima Cr\$ 12.164.000,00 (doze milhões, cento e sessenta e quatro mil cruzeiros) já estão em fase de conclusão de

tratativas, estando ainda o Governo do Estado do Paraná em entendimentos iniciais visando à possibilidade de se realizar novo empréstimo, também destinado à Fundação IAPAR.

Por outro lado, em virtude de protocolo assinado em 10 de julho de 1973, entre o Instituto Brasileiro do Café, Secretaria da Fazenda e Fundação IAPAR o Anteprojeto contém dispositivo que determina a consignação de recursos na ordem de Cr\$ 30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil cruzeiros), destinados ao custeio das despesas com a manutenção da referida Fundação nos exercícios de 1973, 1974, 1975 e 1976.

As operações de crédito em questão, destina-se a financiar programas cujos projetos específicos que contribuam de forma eficaz para a diversificação da economia brasileira, inclusive projetos prioritários nos setores de fomento agrícola, tecnologia de alimentos e pesquisas e experimentação agropecuária, compreendidos no Programa "Corredores de Exportação".

Resalte-se ainda que sobre os empréstimos de Cr\$ 12.164.000,00 não incidirão juros e que o prazo para a amortização é de 12 anos com 3 anos de carência, motivos estes, e visando atender a exigência do agente repassador, que nos levam a solicitar a Vossa Excelência a aprovação do presente Anteprojeto de Lei.

Nesta oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e real consideração.

EMILIO HOFFMANN
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos, dos recursos orçamentários que menciona.

Art. 1.º — O Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura ou de outro órgão competente, incluirá anualmente, nos futuros orçamentos, a título de TRANSFERÊNCIAS à Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, os recursos orçamentários necessários ao pagamento de:

I — amortização do principal e demais encargos financeiros, inclusive correção monetária ou diferença de câmbio, relativos a operações de crédito contratadas ou a contratar pela Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR com o Banco do Brasil S.A., este na qualidade de Agente Financeiro do Banco Central do Brasil, ou com outra entidade financiadora, no valor de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros);

II — custeio das despesas com a manutenção da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, nos exercícios de 1973, 1974, 1975 e 1976, incluindo-se os gastos com pessoal administrativo e técnico contratado para a execução de trabalhos de pesquisa e experimentação, no mínimo de Cr\$ 30.200.000,00 (trinta milhões e duzentos mil cruzeiros), de conformidade com o protocolo assinado em 10.7.73 entre o Instituto Brasileiro do Café, a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e a Fundação IAPAR.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Sob o n.º 279-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o projeto de lei n.º:

12-73: Do Senhor Deputado Nelson Buffara que visa criar uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Toledo. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 228-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 200-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Dra. Regina Kleemann Martenetz, ocorrido no dia 15 de setembro último.

A Dra. Regina era esposa do Professor João Martenetz de saudosa memória, tendo ambos combatido decisivamente pela educação e cultura em nosso Estado. Diversas gerações usufruíram dos conhecimentos que idealisticamente eram por eles disseminados.

Justo é portanto, que a Assembléia homenageie a falecida, tão presteada não só pela família mas por todos aqueles que os conheceram.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo sido honrado com o convite formulado pela Direção do Banco da Amazônia S.A., para acompanhar a Comitiva de empresários do Sul do Brasil que, sob o lema "O Sul vai ao Norte", estará, no período de 20 a 30 do corrente mês, no Norte do País, com a finalidade de estudar as possibilidades e conveniências de ali realizar investimentos de recursos provenientes de incentivos fiscais, requeiro à Mesa, na forma regimental e após ouvido o Plenário, seja-nos concedida credenciação para integrarmos aquela Comitiva na qualidade de representante oficial desta Casa.

Requeiro, outrossim, que a douda Mesa se digne abonar as faltas relativas àquele período, já que a nossa participação se dará sem ônus para a Assembléia.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando o transcurso em data de ontem do 26.º aniversário de fundação do Município de Bela Vista do Paraíso, solicitamos de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja enviado telegrama ao Senhor Geraldo Cardoso, Prefeito Municipal e ao Senhor João Batista dos Reis, Presidente da Câmara Municipal, nos seguintes termos:

"Assembléia Legislativa Paraná congratula-se povo autoridades progressista Município Motivo comemoração jubileosa seu 26.º Aniversário Fundação pt".

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) Olavo Ferreira

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem nesta data do 17.º aniversário de fundação do Vespertino "Tribuna do Paraná".

Neste período o jornal prestou e vem prestando relevantes serviços de utilidade pública à comunidade paranaense e particularmente ao povo de Curitiba.

Caracterizou-se por posições independentes na divulgação de fatos de maior interesse e por campanhas objetivas visando o bem comum.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao seu Diretor Secretário Senhor Antônio Pietrobello, cumprimentando-o pela passagem da data e estendendo este voto aos jornalistas, gráficos e funcionários responsáveis pela elaboração do jornal.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando das prerrogativas regimentais, requer à Casa após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Euro Brandão, Digníssimo Secretário de Transportes, no sentido de que aquela autoridade estadual autorize o Senhor Diretor do D.E.R., a reparar as estradas que servem à Região de União da Vitória.

Semelhante Requerimento tem a sua razão de ser, haja vista as péssimas condições que se encontram as rodovias que escoam a produção daquele Município rotadamente as que ligam ao Sudoeste via Gel. Carneiro, Palmas, Clevelândia; União da Vitória-Pinhão; passando por Cruz Machado, União da Vitória-Bituruna, via Porto Vitória; Rondinha-Irati passando por Paulo Frontin, Malé, Rio Azul e Rebouças.

A medida é urgente Senhor Presidente e, talvez através de um convênio entre o DER e as respectivas Prefeituras possa a Secretaria de Transportes conseguir com mais brevidade a solução do problema.

Não se justifica esperar novas rodovias sem conservarem-se as atuais. Um revestimento de pedra rebitada em diversos trechos, atualmente intratáveis das citadas rodovias, solucionaria em parte o problema.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo pela inauguração a se dar no final da presente semana pelo Exmo. Sr. Emilio Gomes, Governador do Estado, das rodovias "Celso Garcia Cid", trecho Londrina-Porto Charles Nauffal e Porecatu-Porto Capim.

Solicita-se também, que da decisão da Casa se dê conhecimento a S. Excia.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

As duas rodovias a serem inauguradas são de grande importância para o nosso Estado facilitando também a comunicação com os estados de São Paulo e Mato Grosso, sendo que boa parte da produção agrícola e pecuária da zona de Alto Sorocabana poderá ser exportada pelo nosso porto, além de todos os benefícios que naturalmente decorrerão da entrega das mesmas ao tráfego público.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Alfredo Buzaid, DD. Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Julio Barata, DD. Ministro do Trabalho no sentido que seja encaminhado ao Congresso Federal, uma Mensagem propondo criação na Região do Estado do Paraná do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho.

Desnecessário seria aduzirmos as vantagens que a medida traria para o Estado do Paraná. Entretanto, face a importância que o Paraná representa na Federação, consideramos a necessidade imperiosa que o nosso Estado tem de possuir uma Corte do Trabalho capaz de distribuir os processos trabalhistas, dentro da maior brevidade, para que melhor sejam atendidos os recursos que por ela tramitam.

Outrossim, diante do volume de trabalho do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, ao qual o Estado do Paraná está vinculado, surge o receio natural que o nosso Estado dele se desvincule sendo naturalmente vinculado à Região do Rio Grande do Sul, em prejuízo do nosso Estado.

Requer, outrossim que da decisão do presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Jacob Berberi Filho DD. Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

Requerimento

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar o Deputado Paulo Poli para substituir o ex-Deputado Armando Queiroz para integrar a Comissão Especial que cuida da criação do Instituto de Aposentadoria Parlamentar.

Sendo o que me cumpria manifestar, reitero votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — Luiz Roberto Soares.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 238-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida para a responsabilidade do DER a conservação e melhoria da estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13. (Campo Mourão-Maringá).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(aa) — Jorge Sato
Paulo Poli

JUSTIFICAÇÃO:

Para se entender a importância da estrada, cuja conservação e melhoria pretendemos passar à responsabilidade do D.E.R. basta ler os dados que anexamos ao presente.

MUNICIPIO DE ITAMBÉ

1. DADOS GEOGRÁFICOS:

Norte novo

Área: 243 km²

Região de Maringá

Acidentes geográficos: Rio Ivaí

2. DADOS DEMOGRÁFICOS:

12.000 — Zona rural

População:

3.137 — Zona urbana = 15.137 habitantes

3. DADOS ECONÔMICOS:

(4 milhões — Área agrimultável: 10.000 alqueires = 242.000 ha. de caféiro) Principais Produtos: Soja, café, trigo, amendoim, milho, hortelã; rami e algodão.

4. PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

| Safra 1972-1973 | | Preço médio | Valor estimado |
|-----------------|-----------------|-------------|----------------|
| Soja | — 800.000 sacas | 70,00 | 560.000,00 |
| café em côco | — 50.000 sacas | 90,00 | 45.000,00 |
| trigo | — prejudicado | — | — |
| amendoim | — 25.000 sacas | 20,00 | 5.000,00 |
| milho | — 60.000 sacas | 25,00 | 15.000,00 |
| algodão | — 120.000 sacas | 18,00 | 21.600,00 |
| hortelã | — 100.000 kgs. | 30,00 | 300.000,00 |
| Rami | — 50.000 kgs. | 2,00 | 10.000,00 |

Previsão Safra 1973-1974

| | | Preço médio | previsto |
|----------|------------------|-------------|----------|
| Soja | — 1.200.000 kgs. | 80,00 | |
| café | — 100.000 kgs. | 120,00 | |
| trigo | — 600.000 kgs. | 42,00 | |
| amendoim | — 30.000 kgs. | 28,00 | |
| milho | — 100.000 kgs. | 30,00 | |
| algodão | — 200.000 a | 21,00 | |
| hortelã | — 60.000 a | 50,00 | |
| Rami | — 50.000 kgs. | 2,50 | |

5. MAQUINAS AGRÍCOLAS

Tratores: 350

Colhedoras 60

6. VEÍCULOS

Caminhões — 300

Automóveis — 700

7. ARRECADACÃO

I.C.M. — 1973 853.000,00

" — 1974 1.051.000,00 (previsto)

Projeto de Lei n.º 239-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O Educandário Nossa Senhora do Carmo, é uma sociedade civil, de caráter assistencial e promocional, sem fins lucrativos que tem por objeto prestar assistência material moral e educacional às meninas orfãs e abandonadas, preparando-as para a sua integração à sociedade.

Pelos inestimáveis serviços que vem prestando, essa instituição conquistou o respeito e admiração do povo de Paranavai, sendo pois, de inteira justiça que se declare de Utilidade Pública.

Projeto de Lei n.º 240-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "Educandário São José", com sede e foro na cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

(a) — Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O educandário São José, é uma entidade com personalidade jurídica, devidamente registrada no Livro A, de pessoas jurídicas sob n.º 69 do Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Paranavai, sem fins lucrativos, que tem por objetivos a assistência em geral e de modo especial, às orfãs e abandonadas, garantindo-lhes um futuro sólido e digno na sociedade.

Preenchendo os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a matéria, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fomos solicitados por Vereadores de Paranaguá, que estão iniciando um movimento para intercedermos em favor da criação do Tribunal Regional do Trabalho do nosso Estado. Sabem os srs. Deputados, perfeitamente que es-

tamos subordinados ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a segunda região. E como há uma sobrecarga do serviço, dificultando a tramitação do processo por aquele Tribunal estamos nesta Assembléia também com o propósito de levarmos avante esta excelente iniciativa. E para tanto, estamos endereçando um Requerimento que se aprovado por esta Casa, será encaminhado um telex ao Sr. Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid e ao Sr. Ministro do Trabalho, Julio Barata, para que através de uma mensagem dirigida ao Congresso Nacional solicitem a criação do Tribunal Regional do Trabalho do nosso Estado. O Paraná, um dos Estados da Federação, ressentido de esta iniciativa que, temos certeza irá sensibilizar aqueles Ministros através de uma mensagem enviada por esta Casa de Leis que seria muito alvissareira para o nosso Estado. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa, tem a grata satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. José Teixeira Filho, digníssimo Prefeito da Terra Roxa, acompanhado da sua excelentíssima esposa.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

No início do Governo do dr. Emilio Gomes, numa das suas primeiras reuniões, afirmava S. Exa. de que a programação do seu Governo não seria mais em termos, nem anuais nem semestrais, nem mensais mas semanais. Porque o tempo urgia necessário se fazia que o Estado recuperasse todo o tempo perdido a fim de que ele pudesse entregar ao próximo governo um Estado dinâmico em todas as atividades dos setores administrativos. O Sr. Governador do Estado tem cumprido a sua palavra, sentimos a cada instante a sua preocupação na dinamização das atividades administrativas do Estado. Quando surge uma reclamação em algum setor, imediatamente as notícias também aparecem as providências que estão sendo tomadas. Hoje quando ouviamos o noticiário do meio dia, do Canal 4 de Curitiba, o repórter assim se manifestava: De que o Governador resolveu ainda que o seu Governo colocasse numa expressão tão própria do repórter "pé na tábua". Colocasse o "pé na tábua" até o fim para que fosse muito mais acelerada a sua administração e ele pudesse sentir os problemas do Estado que são muitos, em todos os seus setores, resolvidos o mais depressa possível. Quando S. Exa. inaugura no próximo sábado dois trechos de estradas que consideramos importantíssimas, a estrada Ceiso Garcia Cid que vai de Londrina a Porto Charles Nautal, assim como outro trecho que liga Porecatu a Porto Capim. S. Exa. com a inauguração destes trechos vai aliviar em grande parte a 369, completamente saturada do seu tráfego, uma estrada que tem um tráfego de mais de 10, 15 mil veículos diários e não tem mais capacidade de escoamento para o Estado de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e para os demais Estados que fazem divisas com o Estado do Paraná. Portanto são de grande importância estas duas novas ligações que surgem, porque irão beneficiar além dos Municípios paranaenses de grande produção agrícola, como Sertãozinho, Primeiro de Maio, Sertaneja e porque não dizer, de Londrina iremos também verificar que o Estado de Mato Grosso de Goiás e de São Paulo, serão facilmente alcançados e iremos ser beneficiados porque por essa estrada mercadorias irão ser demandadas para o Porto de Paranaguá.

Já, segundo estudos elaborados, grande parte da produção agrícola e pecuária daquela área do território paulista, irá passar a ser escoada pelo Porto paranaense. E a outra ligação Porecatu-Porto-Capim é também de grande importância para o Paraná pois passará a ser o caminho natural para Mato Grosso, Brasília, Rondônia e outros Estados.

Assim sr. Presidente desejávamos nesta oportunidade nos regozijar com estes Municípios e com o Governo pelos benefícios que o Estado do Paraná receberá com estas duas saídas importantíssimas trazendo um grande proveito para todo o Estado e para essa Região. As nossas felicitações ao Governo pelo aceleramento das obras rodoviárias e pelo grande progresso que irá trazer a toda essa Região.

Portanto, sr. Presidente, é nesse sentido que fazemos um Requerimento, que certamente será aprovado por esta Casa.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o primeiro orador inscrito no Grande Expediente sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Excelentíssimo Senhor Presidente, dignos Senhores Deputados.

Senhores Deputados.

Na última semana, em pronunciamento realizado no Mato Grosso, pronunciando uma conferência a alunos que frequentavam naquele Estado, o curso da ADESG, disse o Deputado Federal da ARENA de São Paulo, Sr. Ítalo Fitipaldi, que a missão fundamental do Poder Legislativo é a de fiscalizar; mas a de fiscalizar com independência. Na ocasião, inclusive, citou o ilustre Parlamentar de São Paulo, que os Deputados Federais, em muitas oportunidades, perderam até o direito de escolher os componentes da Mesa do Congresso Nacional. E foi muito feliz o Deputado Ítalo Fitipaldi, ao salientar estes dois aspectos, principalmente quando destaca, frisa, a missão fiscalizadora, daqueles que exercem função no Poder Legislativo. Disse mais o Parlamentar da Arena de São Paulo, que atualmente exercem efetivamente a política, os Vereadores e os Prefeitos no interior do País; porque eles realmente, com independência, podem e devem praticar a política em toda a sua extensão.

Por esta razão que, falando hoje, em nome da Bancada do MDB desta Casa, trago ao conhecimento dos ilustres Parlamentares, atitude adotada pelo Vereador José Antunes Ferreira, pertencente à Bancada do MDB de Santo Antônio da Platina que, em pleno exercício de sua função de legislador, como Vereador e, no pleno exercício de sua função de cidadão, apresentou junto à Justiça representação contra o Exmo. Sr. Prefeito Municipal daquele Município nos termos que neste instante pretendo comunicar aos eminentes Srs. Deputados: (Lê)

"Afastando-se do decoro que deve pautar os atos de Chefe de Poder Executivo, e abrindo as comportas da coíba pessoal, Ademar Lemes de Toledo — no exercício do cargo de Prefeito Municipal, está, com habitualidade e publicidade inacreditáveis, utilizando-se dos bens e serviços públicos em seu proveito próprio e de uma forma que já se tornou notória e assunto de chacota entre os munícipes.

Está assim infringindo o item II, do artigo 1.º, do Decreto Lei n.º 201.

O denunciado é proprietário com seu irmão João Lemes de Toledo, de uma área de terras de cerca de 60 alq. nas proximidades desta cidade;

Com a finalidade de preparar o cultivo do solo desta área está se utilizando do pessoal e do equipamento da Prefeitura: já fez o tombamento e preparo e a aragem do solo, com os tratores da municipalidade; já executou os trabalhos de curva de nível, em cerca de 20 alq. com a motoniveladora do

Município; para o transporte de pessoal da cidade até o lote e vice-versa, usa um caminhão basculante e uma camioneta municipais; o combustível necessário é às expensas do cofre público; os motoristas e tratoristas são funcionários municipais; o pessoal — cerca de 20 homens, empregados naqueles serviços — são operários ou diaristas, pagos pela Prefeitura Municipal; há o particular requinte de um fiscal de obras em sua propriedade, que, por coincidência, é também o fiscal de obras municipais; utiliza-se, ainda de um trator CBT que, ao que parece, não é patrimônio do Município, e sim da União, fruto de convênios; as curvas de nível são orientadas pessoalmente por um engenheiro do Estado, aqui sediado, e visto por testemunhas no sítio do Denunciado, naquela função.

Todo este equipamento está todo o mês de agosto, com todo este pessoal, a seu serviço.

Os bens e serviços descritos supra, são suscetíveis de produzir rendas ao Município, pois esta dispõe da previsão de uma patrulha mecanizada, para atendimento aos pequenos agricultores (área de seis alqueires e meio), através de pequena contraprestação em dinheiro; e os funcionários, operários e veículos deveriam estar produzindo efetivamente para o Município, em compensação de seus gastos e despesas de manutenção;

O efetivo prejuízo financeiro, deve ser ressarcido, artigo 1.º do D.L. 201, par. 2.º "in fine" independentemente da ação penal pela violação também do item I do art. 1.º do D.L. 201.

E o seu valor, inclusive para o efeito de cálculo montante do peculato, será apurável pericialmente, através de exame das obras e serviços já executados na propriedade.

O Dec. Lei 201, o item III do artigo 1.º, especifica o desvio ou indevida aplicação das verbas públicas.

O Denunciado está também incurso neste item e artigo, em, pelo menos um caso concreto:

Desviou a verba sob rubrica de "Despesas Gerais, diz-se "Despesas de Capital", codificada sob n.º 4140.12.01, no valor de Cr\$ 30.000,00 — "Aquisição de máquinas, arquivos, fichários para remodelação do cadastro municipal".

Esta verba, arbitrariamente aplicada em "Despesas Correntes" foi utilizada para pagar serviços — sem concorrência — sem dotação orçamentária, para fazer um levantamento cadastral. O contrato foi de Cr\$ 85.000,00; a Prefeitura já pagou Cr\$ 88.000,00 e o serviço não está concluído...

Também uma perícia contábil demonstrará a veracidade dessa afirmativa, como comprovará a origem dos restantes Cr\$ 58.000,00 que significam outras verbas desviadas (Doc. n.º 03 — Orçamento).

Além do desvio dessa verba, está ele com relação à contratação dos serviços de uma firma de Ourinhos, cometendo o crime previsto "in abstracto" no item V (quinto) do art. 1.º do D.L. 201 que diz: "Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes";

Não há qualquer lei autorizando a contratação de firmas para essa finalidade, como a faz certo o Doc. n.º 4. MOVIMENTO PARA ENCOBERTAR OS CRIMES.

4.1. Condoído da dilapidação do MUNICÍPIO-VITIMA e sensibilizado pelos comentários gerais que afetam toda a cidade, o Vereador Requerente agindo em nome da Câmara a que pertence, contratou um fotógrafo (Doc. n.º 5) para fotografar possíveis máquinas e equipamentos da Prefeitura na propriedade do Denunciado. Entretanto, o Prefeito obistou o trabalho profissional. Fê-lo ir até sua casa, e lá o manteve em cárcere privado, pois, à portas trancadas, e impedindo-lhe a saída, exigiu, para libertá-lo a entrega do filme; o que conseguiu sob ameaças de cassar-lhe o alvará para funcionar no município (Doc. n.º 05).

Esta tentativa de ocultar o crime, entretanto, resultou inócua, pois os fatos se passaram diante de numerosas testemunhas, além dos trabalhadores que encontravam na propriedade, além do Requerente e do Sr. José Roberto Gomes. Além, naturalmente, das obras que lá se encontram realizadas pelas máquinas e pessoal da municipalidade...

4.2. Ao verificar que não conseguiria controlar a avalanche de provas que contra si avolumavam, o Sr. Prefeito baixou um ato com data atrasada. Mas, que somente foi anunciado no dia 24 de agosto pela Rádio local (aliás, data de seu recebimento). Nesse ato se dizia que a Prefeitura estaria aceitando inscrições dos agricultores para serviços com a patrulha mecanizada, desde o dia 16 de agosto.

Aspecto pitoresco é que, no mesmo dia da publicidade do ato (24 de agosto), o irmão do Sr. Prefeito e seu condômino na Propriedade em apreço, compareceu à Prefeitura e recolheu a importância de Cr\$ 1.000,00, por quarenta horas de serviços de trator... Quarenta horas numa manhã, entre a publicação e o recolhimento da taxa.

Embora esse ato seja também uma tentativa frustrada de apagar vestígios, demonstra, contudo, que seu co-proprietário e irmão, também não está agindo de boa fé, e é seu cúmplice.

5. NOVOS CRIMES PARA ACOBERTAR OS PASSADOS.

5.1. Novamente voltou o Sr. Prefeito a violentar a lei, para encobrir seus mal feitos, quando se negou a permitir, mediante solicitação da Câmara (Doc. n.º 7), que uma Comissão de Vereadores examinasse documentos da Prefeitura.

Isto constitui atentado ao art. 1.º, item XIV do D.L. n.º 201 pois, há lei Municipal expressa que garante livre acesso das Comissões às dependências, livros e arquivos da Prefeitura, não podendo o Prefeito obstar esse acesso.

É o que prescreve o Art. 62 do Regimento Interno da Câmara Municipal (Doc. n.º 08):

"As comissões da Câmara têm livre acesso às dependências, arquivos, livros e papéis das repartições municipais, dependendo o acesso de solicitação pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que não poderá obstar".

5.2. A tal ponto tem chegado o comportamento do Chefe do Executivo que, seu líder junto à Câmara, o nobre Vereador Di Mantovani, renunciou à sua função de líder, para não se ver na contingência de ter de defender esses atos indefensáveis.

Esta é a representação que nos parece bastante grave e que foi formulada pelo Vereador do MDB, de Santo Antônio da Platina, Sr. José Antunes Ferreira.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Líder do MDB, nós que representamos a Região do Norte Pioneiro, e como amigo incondicional e admirador do Prefeito de Santo Antônio da Platina, que tem feito uma administração excelente, embora tenha sido, muitas vezes, criticado, tripudiado, como Cristo o foi, queremos refutar algumas mentiras deslavadas, não ditas por V. Exa. mas pelo seu informante. E, permita-me V. Exa. que com o desejo e a vontade de defender a verdade, foi mal informado. Porque esse Vereador fez acusações falsas, faltando com a verdade, porque o Prefeito de Santo Antônio da Platina, a quem admiramos, é

um moço humilde, honesto, e embora abastado, tem as mãos calosas e devia servir de exemplo para todos os moços de sua cidade que deviam trabalhar para suas comunidades ao invés de enxovalhar a honra de uma pessoa digna como é o Chefe do Executivo de Santo Antônio da Platina. Porques, a patrulha mecanizada é para servir o povo da cidade, inclusive ao irmão do Prefeito que tem uma fazenda e, portanto, pode se servir dos serviços dessa patrulha, e como V. Exa. disse, ele pagou, mandou recolher aos cofres municipais a importância devida ao Município. Então pergunto: é crime usar as máquinas da Prefeitura pelo simples fato de ser irmão do Prefeito, pagando o que é devido ao Município?

Quero frisar e deixar patente que temos, hoje, em Santo Antônio da Platina um líder autêntico do Norte Pioneiro. Essa é uma mentira deslavada que chega ao seu conhecimento, mentira que haveremos de desmentir com fatos irrefutáveis para que V. Exa. e o povo do Paraná seja esclarecido. Esse Vereador não quer outra coisa senão tumultuar o Município e prejudicar um moço que, durante as vinte e quatro horas do dia, só pensa em trabalhar para o benefício de sua terra e de sua gente. Vou fazer um paralelo: O Prefeito de Maringá, que é do MDB, pediu três milhões de cruzeiros para fazer o seu banheiro e o MDB, não veio à Tribuna para denunciá-lo.

Estou aqui para defender o Prefeito custe o que custar. Houve, de fato, o que V. Exa. aqui trouxe, mas os fatos estão deturpados. É uma mentira deslavada que não posso admitir. Informo a V. Exa. que o Secretário de Segurança, a pedido do próprio Prefeito de Santo Antônio da Platina, vai mandar um Delegado imparcial daqui de Curitiba para aquele Município, a fim de que as dúvidas sejam dirimidas. Daí então, trarei a V. Exa. as provas definitivas que irão elucidar o caso.

O que estranho é que V. Exa. líder de uma Bancada honrada seja o instrumento desse Vereador que não quer outra coisa senão tumultuar o Município de Santo Antônio da Platina e ele faz isto dentro dos botequins. Como Deputado daquela região não posso admitir essas mentiras deslavadas contra esse moço, que conheço desde criança, esse Prefeito que tudo tem feito para o bem de sua terra e de sua população. Convido V. Exa. para irmos a Santo Antônio da Platina para verificarmos, "in loco", a veracidade desse caso.

Se a Justiça não conseguir provar que tudo o que está ocorrendo são mentiras rasgarei o meu diploma desta Tribuna.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço e gostaria, como amigo, inicialmente, destacar que a afirmação de V. Exa. no sentido de rasgar o seu diploma, tem apenas um aspecto pitoresco para melhor situar seu pronunciamento, seu aparte. De direito não poderíamos aceitar porque como V. Exa. afirma, que estamos sendo induzidos pelos Vereadores de Santo Antônio da Platina, a trazer ao conhecimento desta Casa, os fatos narrados há instantes. Gostaríamos apenas de afirmar a V. Exa. que os fatos aqui relacionados estão todos eles devidamente documentados.

Cita este documento o número elevado de testemunhas.

E sabemos Excelência...

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Testemunhas coagidas pelo próprio Vereador, testemunhas que quando correligionários do Sr. Vereador, foram coagidas inclusive por desleixo do Delegado de Polícia. O ilustre Vereador foi de casa em casa no veículo da Secretaria de Segurança Pública, para coagir as testemunhas. Disso eu faço como testemunha o Promotor Público de Santo Antônio da Platina.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Gostaria de salientar a V. Exa. que as testemunhas arroladas nesta representação, foram antes da ida a Santo Antônio da Platina, do Delegado especial, indicado por S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública para, com imparcialidade, averiguar os fatos. E as testemunhas, duas delas são funcionários da Prefeitura Municipal, dependentes diretamente do Poder Executivo. E consequentemente, quais seriam as condições de um Vereador, de coagir um funcionário que depende do Poder Executivo.

O Sr. Gabriel Manoel — São funcionários remanescentes do MDB que fazem parte da agremiação política do ilustre Vereador. São funcionários que não querem outra coisa a não ser tumultuar a uma coletividade toda que está trabalhando com um Prefeito que leva para o Norte Pioneiro estradas, como a de Jaguariava a Santo Antônio da Platina. Um Prefeito que procura continuar as obras de Ibatí a Santo Antônio da Platina. Um Prefeito que diuturnamente luta pela sua terra e pela sua gente. Um Prefeito que trabalha por uma Região. Um Prefeito que também tem assinatura a seu favor, de um outro Prefeito colega seu que pertence ao MDB. O Prefeito de Cambará. Um Prefeito que traz consigo uma bagagem da gente que moureja naquelas terras, que vive diuturnamente com este Prefeito e com Prefeitos de outras Regiões que não podem assinar falsas testemunhas. Vou mostrar a V. Exa. oportunamente as assinaturas de 27 Prefeitos, solidarizando-se com o Prefeito de Santo Antônio da Platina, inclusive do Prefeito do Município de Cambará que também faz parte da sua agremiação. Só faço uma pergunta a V. Exa. Mas antes quero dizer, que, ou o povo do Norte está mentindo ou os Vereadores estão mentindo. É o que vamos ver com o desenrolar dos fatos. Atirar pedras e caluniar é fácil, nobre Deputado. Cristo também foi caluniado, e a verdade só apareceu tempos depois e há de aparecer a verdade em relação ao Prefeito de Santo Antônio da Platina. A causa do Vereador de Santo Antônio da Platina eu quero dizer de antemão a V. Exa., dentro dos conhecimentos limitados que tenho, é uma causa perdida. V. Exa. tem razão. V. Exa. nobre Deputado Maurício Fruet, merece a maior consideração e todo o nosso apreço, mas desta vez V. Exa. pegou o bonde errado. Aquele moço inconsequente, é um moço que morou em Joaquim Távora, e não faz outra coisa a não ser badernas pelos bairros.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Quem pegou o bonde errado, parece-me que foi o Prefeito de Curitiba.

O Sr. Gabriel Manoel — Pediria a V. Exa., com esta bondade que lhe é tão peculiar, que faça justiça, por favor, neste julgamento precipitado, desta vontade de fazer justiça. Por favor não faça um julgamento precipitado; não faça, para que depois V. Exa. não tenha que vir a esta Tribuna pedir desculpas. Porque errar é humano e V. Exa. neste momento está incorrendo num erro e ajudando a caluniar sem ele merecer. Trata-se de um moço de Santo Antônio da Platina bom a trabalhador, que mereceu a honra de ser Prefeito de Santo Antônio da Platina, segunda cidade do Norte Pioneiro, que tem a seu lado toda uma população, assinatura e aplausos de 27 Prefeitos da Região, inclusive um do MDB. V. Exa. neste momento está desdizendo o que até o Sr. Prefeito de Cambará disse, que o Sr. Ademar Lemes de Toledo está sendo caluniado por um Vereador. E por isso que pela primeira vez tenho o atrevimento de pedir um aparte e solicitar a V. Exa., para que não seja obrigado a vir reparar isto, que não continue errado. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Farei com a maior satisfação. Gostaria inicialmente de dizer desta Tribuna da admiração que V. Exa. grangeia nesta Casa e em particular desde que ocupa a Tribuna no momento. V. Exa. é um

homem que luta com todas suas forças pelos seus Municípios, pelos municípios da Região e pelo povo. V. Exa. não só se identifica atualmente como Deputado do Norte Pioneiro; V. Exa. é um nome conhecido em todos os recantos de nosso Estado; e é admirado desde a Foz do Iguaçu até Guaraqueçaba e merece todo o nosso respeito e a nossa admiração. Mas não estamos caluniando, não; estamos afirmando em bases que efetivamente seja o Prefeito de Santo Antônio da Platina aquilo que consta desta representação. Estamos dizendo que o Vereador de Santo Antônio da Platina cumpriu um direito que lhe é peculiar que deve ser de todos aqueles que exercem a função legislativa, o direito de fiscalizar e agiu de modo correto, juntando documentos e arrolando testemunhas para em juízo representar contra a figura do Sr. Prefeito Municipal.

Gostaria de acrescentar mais ainda, que o MDB acredita no Poder Judiciário e que ao invés de usar de qualquer outro processo, fê-lo pelos caminhos da Justiça, mediante representação formulada nos termos legais com a documentação necessária que já aludi. Gostaria de dizer a V. Exa. que da mesma forma como neste instante desta Tribuna em nome do MDB trazemos ao conhecimento da Casa os fatos aqui descritos, com a maior satisfação o fazemos se esta representação não tiver fundamento, viremos desta mesma Tribuna salientar a honestidade do Prefeito que V. Exa. defende, como fazemos também se esta representação encontrar fundamento e consequentemente continuamos acreditando nas missões que estão sendo diligenciadas pela Justiça.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Para que V. Exa. veja a boa fé do Prefeito de Santo Antônio da Platina, ele pediu por intermédio do Sr. Promotor Público da Capital, que viesse a Santo Antônio da Platina um Delegado para que o levantamento fosse feito pela autoridade policial de Santo Antônio e não fosse posto em dúvida. Para que aquele Delegado que pertence à nossa agremiação política não fosse coagido pela sua consciência a beneficiar este ou aquele Prefeito por pertencer à ARENA. O Prefeito da Arena de Santo Antônio da Platina, Sr. Ademar Lemes de Toledo, na sua altivez, na altivez dos homens honrados, solicitou a S. Exa. e fui pessoalmente com ele falar com o Secretário de Segurança Pública, para que lá fosse um homem imparcial, para fazer o levantamento que diria a verdade. Se fosse V. Exa. a Santo Antônio, não estaria hoje desta Tribuna dizendo uma inverdade, uma inverdade dirigida...

O SR. MAURÍCIO FRUET — Estou citando fatos. Os documentos constam dos autos.

O Sr. Gabriel Manoel — Constam porque foram forjados. Porque as testemunhas foram coagidas.

O SR. MAURÍCIO FRUET — V. Exa. se está antecipando à decisão da Justiça.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. que está se antecipando; V. Exa. está sendo mal orientado, por aquele Vereador, aquele moço dinâmico, que não faz outra coisa a não ser badernas em Santo Antônio da Platina. Convido V. Exa. para uma visita "in loco" para que V. Exa. veja e peça desculpas ao povo do Paraná que está acostumado a escutar a verdade de sua boca, a escutar tudo que é bom, significante de nosso colega da Bancada do MDB. Como colega, não podemos admitir que V. Exa., um moço dinâmico, seja enganado, iludido em sua boa fé, nas proximidades da campanha política. V. Exa. está iludido e, digo mais, V. Exa. há de vir a esta Tribuna pedir desculpas ao moço Ademar Lemes Toledo.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Se houver necessidade desta atitude, já o fazemos antecipadamente porque V. Exa., dono de grande brilhantismo, infelizmente não está entendendo o que estamos dizendo. Trouxemos à Casa os fatos...

O Sr. Gabriel Manoel — Estamos entendendo a malícia.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Não há malícia. V. Exa. está se antecipando a uma decisão judicial.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. é que traz a denúncia.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Estou trazendo os fatos ao conhecimento da Casa.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Maurício Fruet, inicialmente gostaria de me situar dentro deste problema. Entendo que o Deputado Gabriel Manoel, que conhece bem a personalidade do Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina e que é também Presidente da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, esteja defendendo o homem que ele conhece e pelo qual luta nesta Casa, na obtenção de verbas para obras daquela Municipalidade. Mas parece, Sr. Deputado, que há um trâmite a ser seguido quando se denuncia um Prefeito Municipal por ato de corrupção. Perguntaria a V. Exa. se o Vereador denunciante apresentou a denúncia dentro do que dispõe a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara Municipal e se, só depois de ter obtido da Câmara Municipal, pela maioria de seus membros, guarda à denúncia e comprovado o ato de corrupção, é que teria encaminhado a denúncia a V. Exa. para dar conhecimento à Casa ou se a mesma ainda não foi objeto de deliberação da Câmara.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eminente Líder, informo que o Vereador José Antunes Ferreira fez a denúncia junto ao Ministério Público, à Promotoria Pública da Comarca de Santo Antônio da Platina nos termos do § 1.º do artigo 2.º, do Decreto-Lei nº 201. Era a informação que me cabia prestar.

O Sr. Ivo Thomazoni — A minha pergunta tem um propósito. Primeiro, parece que o Vereador sempre que preocupado em salvaguardar os interesses públicos, deve denunciar o Prefeito junto à Câmara Municipal, solicitando a contribuição de uma Comissão Especial, no caso uma Comissão incumbida de comprovar as denúncias para, depois do resultado do levantamento, encaminhar a mesma ao Ministério Público.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Gostaria de acrescentar a V. Exa. que, de acordo com a representação formulada e com documento que consta do processo sob nº 7, o Prefeito se negou a permitir por solicitação da Câmara, que uma Comissão de Vereadores examinasse documentos da Prefeitura. É uma observação que gostaria que constasse dos autos da representação.

O Sr. Ivo Thomazoni — Só para me situar melhor. Parece que a decisão da Câmara não depende da vontade do Prefeito, porque existe autonomia legislativa. Se os Vereadores entendessem que o Prefeito errou, a Comissão poderia ser constituída e, desde que constituída — e isto V. Exa. sabe mais do que ninguém — o Prefeito Municipal jamais poderia se recusar a fornecer documentos e informações que a Comissão solicitasse. Só depois, então, no processo normal, é que S. Exa. deveria ser denunciado para que a Câmara voltasse a deliberar quanto à cassação de seu mandato. Parece que está havendo um pouco de precipitação na condução do problema. E eu pediria a V. Exa. que procurasse, juntamente com o nobre Deputado Gabriel Manoel, a possibilidade de que ambos ouvisse os dois lados, a versão dos Vereadores e a do Sr. Prefeito Municipal, para que esta Casa não fique com uma impressão distorcida da personalidade do Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Obrigado pelo aparte. Gostaria, mais uma vez, eminentes Srs. Deputados, de esclarecer exatamente o condicionamento nosso na tarde de hoje. Viemos apenas transmitir à Casa, fatos ocorridos em Santo Antônio da Platina e que foram objetos da representação de um Vereador do MDB, pessoa responsável, no pleno exercício de suas funções como integrante do Poder Legislativo. E ainda mais, salientamos que o fato está sob a égide da Justiça. O MDB tem um respeito fundamental pelas ordens emanadas do Poder Judiciário e a elas deve se submeter. Consequentemente, estamos aguardando a decisão soberana do Poder Judiciário do Paraná. Não estamos nos antecipando em julgamento e afirmações caluniosas contra quem quer que seja. Única e exclusivamente, relatamos o fato ao povo do Paraná o que está ocorrendo em Santo Antônio da Platina. Porque no mesmo instante que isto está ocorrendo, e V. Exa., Sr. Deputado Ivo Thomazoni, disse, há pouco, que talvez estivéssemos nos precipitando em relatar o fato Mas o Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina, ao invés de seguir os trâmites legais, publicou, em diversos jornais, inclusive, na "Folha de Londrina", a sua versão, jogando a opinião pública contra aquele Vereador. Consequentemente não há antecipação de nossa parte nesse particular.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero parabenizar-me com V. Exa., porque V. Exa. está procurando reconhecer a veracidade do fato. O Prefeito de Santo Antônio da Platina teria que se defender das acusações. E a única maneira seria pela imprensa. Porque ele foi caluniado, foi vilipendiado por um moço que talvez tenha agido dessa forma para subir na política. E, portanto, ele, o Prefeito, teria que se defender, porque "quem cala consente", então, não vejo mal algum em o Prefeito, para se defender, ir o público. Mas, queremos agradecer a V. Exa. por compreender que não existe nada, a não ser uma tempestade em um copo d'água. V. Exa. deve reconhecer que "errar é humano" e o Sr. Vereador já tem o perdão divino pelo mal que está procurando fazer a um chefe de família honrado, como é o Prefeito de Santo Antônio da Platina. Estou sensibilizado por ver que V. Exa. está começando a recuar e reconhecer que nada existe.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Muito obrigado. Gostaria de terminar citando uma frase de Ruy Barbosa: "Os povos não de ser governados pela força ou pelo direito. A democracia mesma, não disciplinada pelo direito, é apenas uma das expressões da força, e talvez a pior delas. Daí o valor dado pelos Estados Unidos ao culto do senso jurídico; daí a religião da verdade constitucional encarnada por eles na sua Corte Suprema; daí a preponderância do legismo nessa democracia, definida por eles mesmos com "a aristocracia da toga".

O MDB, por sua Bancada, se curva ao Poder Judiciário; o MDB cumpre sua missão e entrega o problema de Santo Antônio da Platina às mãos austeras da Justiça de nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença neste Plenário dos Srs. Prefeito Municipal de Miraselva, Secretário da Prefeitura, acompanhados pelo médico daquele Município.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177-71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6.11.68. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Pirapora, um (1) trator marca Caterpillar, modelo D4-40-A, série 1593, e um (1) trator marca John Deere, 730-S, série 7325948, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quitandinha, um (1) trator Esteira marca Caterpillar, modelo D4-40 A, Série 1595, pertencente a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-73, de autoria do Dep. Wilson Fortes que autoriza o Poder Executivo transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 198-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na Cidade de Cambé. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Dr. José Luiz Guerra Rego. Parecer favorável da C.C.J. em regime de urgência. **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218-72, de autoria do Dep. Mugliati Filho, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que adita e suprime redação que especifica, ao número 16, do artigo 56 do projeto acima referido. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com substitutivo. (Lê o Substitutivo). **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65-73, que objetiva a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185-72, de autoria do Dep. Mau-

rício Fruet, que autoriza o Poder Executivo a criar Escola Técnica, destinada a aprendizagem Industrial, no Município de São José dos Pinhais e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 185-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — A Escola terá, além de um ginásio técnico industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra, especializada no Município de São José dos Pinhais.

Art. 3.º — O curso ginasial técnico terá a duração letiva de quatro (4) anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º — A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de outubro de 1972.

(a) Maurício Fruet

JUSTIFICAÇÃO:

Hoje, em nosso País, existem, percentualmente, menos técnicos especializados do que profissionais liberais. Vive o nosso ensino, atualmente, uma falta de diretrizes gerais orientadoras, destinadas à formulação de uma eficiente política de formação e aperfeiçoamento do pessoal.

É fato consumado que a mão-de-obra especializada se constitui em importantíssimo elemento na política nacional de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

As necessidades destas escolas são enormes e o que já se fez, como o que se faz é insuficiente. É preciso mais, muito mais. O projeto presente visa ampliar sua necessidade, proporcionando a matrícula de jovens, que desejam, se beneficiar com o aprendizado técnico, preenchendo, desta maneira os espaços ausentes reclamados pelo Paraná e pelo País.

A construção de Escola Técnica no Município de São José dos Pinhais, virá de encontro aos interesses de seus moradores, que de há muito ressentem-se deste equipamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 185-72

PARECER

Pretende o Nobre Deputado autor do presente projeto de Lei, criar uma escola técnica destinada a aprendizagem industrial no Município de São José dos Pinhais.

Tendo em vista que o projeto de lei acima citado, somente autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar a referida escola, em nada contraria a Constituição Estadual, pelo que somos pela aprovação. Este é o **Parecer.**

Sala das Comissões, em 29 de dezembro de 1972

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 185-72

I — A proposição do ilustre Deputado Maurício Fruet, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, no Município de São José dos Pinhais.

II — A justificativa apresentada nos convence da oportunidade da iniciativa, e a mesma, no seu artigo 5.º, estabelece o regime financeiro que a escola adotará, isto é, obedecendo a legislação pertinente em vigor.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.4.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Gilberto Carvalho — Relator
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 185-72

De autoria do nobre deputado Maurício Fruet, pretende-se pelo presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo, criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, no município de São José dos Pinhais e dá outras providências.

Sobre o mesmo, as Duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já opinaram favoravelmente.

Entendendo justa e oportuna a medida pleiteada, opino pela **Aprovação** do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Deputado Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator
(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei visando dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em regime de urgência. — **Aprovado.**

MENSAGEM 36-73

Curitiba, 11 de abril de 1973

Curitiba, 09 de agosto de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 8.º, do Decreto-Lei n.º 646, de 19 de junho de 1947, visa dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I.

Com fundamento no disposto no art. 8.º do referido Decreto-Lei n.º 646-47, a Fundação poderia ser extinta por proposta de sua administração, aprovada pelo Governador do Estado, no caso de verificar-se a sua inconveniência ou inutilidade de sua manutenção.

O evento da extinção veio a ocorrer quando do édito do decreto n.º 2.961 de 21 de dezembro de 1972, baseado na proposta contida no ofício OCI — 051-69 da F.P.C.I., e fundamentada no art. 8.º e seu parágrafo único do Decreto.

Lei n.º 646-47 e no art. 5.º do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 10.851, de 10 de outubro de 1953.

Já, pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972, foi constituída Comissão destinada a proceder o levantamento do patrimônio líquido da F.P.C.I., para efeito de lhe ser dado destino na forma prevista nos atos que a instituíram.

Os trabalhos da Comissão foram concluídos e relatados, ficando patentemente demonstrada a necessidade de ultimar-se a regularização dominial de inúmeros imóveis rurais, a favor de legítimos ocupantes e promitentes compradores do órgão extinto, função esta que deve ser cumprida pelo Poder Executivo, através do seu órgão próprio, ou seja a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Os bens móveis, semoventes, instalações, equipamentos e utensílios, participações, créditos de devedores diversos e depósitos bancários devem ser transferidos à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, como meio de dar-lhe condições de cumprir a regularização do remanescente do patrimônio da F.P.C.I., que, com sua extinção, deve ter no Poder Executivo o seu sucessor, até final liquidação de tal patrimônio.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os bens imóveis constantes do levantamento do patrimônio líquido da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I., efetuado pela comissão designada pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972, reverterão ao Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo, através da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C., autorizado a alienar os imóveis de que trata este artigo.

Art. 2.º — Os bens móveis, semoventes, instalações, equipamentos e utensílios participações, créditos de devedores diversos e depósitos bancários, constantes do levantamento efetuado pela comissão designada pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972 ficam transferidos à Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REQUERIMENTO

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 36-73, que, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 8.º, do Decreto Lei n.º 646, de 19 de junho de 1947, visa dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração F.P.C.I.

Conforme refere-se a referida Mensagem, com fundamento no disposto no artigo 8.º do referido Decreto Lei n.º 646-47, a mencionada Fundação poderia ser extinta por proposta de sua administração, aprovada pelo Governador do Estado, verificando-se a sua inconveniência ou impossibilidade de sua manutenção.

O evento da extinção, continua a Mensagem, ocorreu quando do édito do Decreto n.º 2.961, de 21 de dezembro de 1972, baseado na proposta contida no Ofício OCI-051-69 da F.P.C.I., e fundamentada no artigo 8.º e seu parágrafo único do Decreto Lei 646-47 e o artigo 5.º do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 10851 de 10 de outubro de 1953.

Em seguida pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972, foi constituída Comissão destinada a proceder o levantamento do patrimônio líquido da F.P.C.I., para efeito de lhe ser dado destino na forma prevista nos atos que a instituíram.

Os trabalhos da Comissão acima constituída, foram concluídos e relatados, ficando demonstrada, segundo a Mensagem Governamental, a necessidade de ultimar-se a regularização dominial de inúmeros imóveis rurais, a favor de legítimos ocupantes e promitentes compradores do órgão extinto, através do seu órgão próprio, ou seja a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Assim, sob o aspecto constitucional e legal a tramitação do processo é escorreita.

Entretanto, para maior esclarecimento desta Comissão, no que se refere ao patrimônio líquido da extinta Fundação, solicitamos que o presente Projeto de Lei seja convertido em diligência junto à Comissão destinada a proceder o levantamento líquido da mesma, para que a referida Comissão forneça a relação e a respectiva situação dos imóveis de que trata o parágrafo único do artigo 1.º do presente Projeto de Lei, para que esta Assembleia Legislativa tome conhecimento dos imóveis a serem alienados pelo Poder Executivo, através a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Desta forma, esta Comissão, de posse desta relação, terá condições de opinar sobre a proposição.

Sala das Comissões, em ... de maio de 1973.

(aa) Deputado Erondy Silvério — Relator
(Ass. ilegível)

Of. N.º SA/823-73

Senhor Presidente:

Através o presente, passo às mãos de Vossa Excelência, incluso expediente enviado a esta Casa pelo ofício n.º 898-73, da Secretaria do Governo, referente à diligência deliberada por essa Comissão, com relação ao Projeto de Lei n.º 58-73.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) Jorge Sato — Primeiro Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor

ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO

Digníssimo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

NESTE EDIFÍCIO

IMÓVEIS — COLÔNIA "A" — CASCAVEL — GUARANIACU

IMÓVEIS COLÔNIA "A" — CASCAVEL — GUARANIACU

Transcrição: — N.º 2.493, fls. 28-29 — Livro 3—C de 11.06.51

Registro de Imóveis de Fóz do Iguaçu

A — LOTES NÃO ALIENADOS

- 1) Gleba 2 — Lote N.º 1-I, com a área de 2,65 alqueires Valor — Cr\$ 795,00
OBS.: — Há requerimento do possessor de nome de Silvestre Kriciak — protocolo N.º 300/68
- 2) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/1, com a área de 1,74 alqueires Valor Cr\$ 522,00
OBS.: — Há requerimento do possessor Euripedes dos Santos Weber, prot. N.º 88/68.
- 3) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/2, com a área de 2,23 alqueires Valor Cr\$ 669,00
OBS.: — Há requerimento do possessor Altair Rodrigues dos Santos, prot. N.º 1.962/60
- 4) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/3, com a área de 3,45 alqueires 1.035,00
OBS.: — Há requerimento do possessor Jeremias Borges dos Santos, prot. N.º 1.962/60.
- 5) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/4, com a área de 1,03 alqueires Valor Cr\$ 309,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor João Rodrigues dos Santos, prot. N.º 89/68
- 6) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/5, com a área de 2,17 alqueires Valor Cr\$ 651,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Walfrido Pires de Oliveira, prot. N.º 592/67.
- 7) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/6, com a área de 5,52 alqueires — Valor Cr\$ 1.656,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Maria Pedra de Oliveira, prot. N.º 91/68.
- 8) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/7, com a área de 2,17 alqueires Valor Cr\$ 651,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Demeval Rodrigues dos Santos, prot. N.º 1.962/60.
- 9) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/8, com a área de 2,10 alqueires Valor Cr\$ 630,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Mário Bertotti, prot. N.º 90/68.
- 10) Gleba 16-1a.P. — Lote N.º 7-B/12, com a área de 0,50 alqueires Valor Cr\$ 150,00
OBS.: — Reservado p/Igreja, Escola e Cemitério conf. processo N.º 1.962,60
- 11) Gleba 21 — Lote N.º 154-A — área de 2,52 alqueires — Valor Cr\$ 756,00
OBS.: — Há requerimento do possessor Irineu Prestes de Oliveira, prot. N.º 127/62
- 12) Gleba 21 — Lote N.º 154-F — área de 1,49 alqueires — Valor Cr\$ 447,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Antenor Lourenço Pereira, prot. N.º 125/62
- 13) Gleba 21 — Lote N.º 154-B — área de 1,94 alqueires — Valor Cr\$ 592,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Sebastião Carneiro Nepomossene, prot. N.º 126-62.
- 14) Gleba 21 — Lote N.º 154-C — área de 1,94 alqueires — Valor Cr\$ 592,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Manoel Cardoso dos Santos, prot. N.º 129/62.
- 15) Gleba 21 — Lote N.º 154-E — c/área de 1,90 alqueires — Valor Cr\$ 570,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Casemiro Ferreira Machado, prot. N.º 130/62.
- 16) Gleba 21 — Lote N.º 154-G — com a área de 1,53 alqueires — Valor Cr\$ 459,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Anibal Nogueira dos Santos, prot. N.º 128/62
- 17) Gleba 21 — Lote N.º 154-D — com a área de 1,82 alqueires — Valor Cr\$ 546,00
OBS.: — Existe requerimento do possessor Adriano Rodrigues de Aldo, prot. N.º 131/62.
- 18) Gleba 20 — Lotes 57-A — com área de 7,10 alqueires — Valor Cr\$ 2.130,00
61-A — com área de 12,56 alqueires — Valor Cr\$ 3.768,00
64-A — com área de 24,62 alqueires — Valor Cr\$ 7.386,00
58-A — com área de 36,52 alqueires — Valor Cr\$ 10.956,00
OBS.: — Reservados para atender questão de divisas com a Fazenda Izolina — prot. N.º 291/63

E — LOTES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

- 1) Gleba 4 — Lote N.º 24-C — com a área de 12,07 alqueires. Compromissado c/ Angelo Brandini Soares. Conf. contrato N.º 262-63. Consta em débito de 1330 em 01.10.54 — Cr\$ 13,30
- 2) Gleba 13 — Lote N.º 18 — com a área de 12,89 alqueires. Compromissado com Santo Ferreira de Albuquerque. Conf. contrato N.º 12/71 de 10.12.71. Valor Cr\$ 3.600,00 — Entrada Cr\$ 600,00 PG.

1.a Prestação Cr\$ 500,00 PG.

OBS.: — Faltam os seguintes pagamentos:

Cr\$ 500,00 em 7.12.72

Cr\$ 500,00 em 7. 6.73

Cr\$ 500,00 em 7.12.73

Cr\$ 500,00 em 7. 6.74

Cr\$ 500,00 em 7.12.74

- Cr\$ 2.500,00 — Saldo Credor da FPCI 2.500,00
- 3) Gleba 19 — Lote N.º 36-C — parte — com a área de 10 alquei-
res. Compromissado c/Jorge Ferreira da Rocha, conf. contrato
N.º 35/72 de 4.9.72. — Valor do Lote Cr\$ 2.000,00 — Entrada
Cr\$ 500,00 PG. — 1.a Prest. Cr\$ 500,00 PG.
OBS.: — Faltam os seguintes pagamentos:
Cr\$ 500,00 em 4.9.73
Cr\$ 500,00 em 4.9.74

- Cr\$ 1.000,00 — Saldo Credor da FPCI 1.000,00
- 4) Gleba 19 — Lote N.º 36-C — parte — com a área de 10,25 alquei-
res. Reservado para o possessor Izabel Ferreira da Rocha pelo
valor de Cr\$ 2.050,00, tendo pago Cr\$ 1.050,00, conf. contrato N.º
37-72
OBS.: — Faltam os seguintes pagamentos:
Cr\$ 500,00 em 16.10.73
Cr\$ 500,00 em 16.10.74

- Cr\$ 1.000,00 — Saldo credor da FPCI — Cr\$ 1.000,00
- 5) Gleba 21 — Lote N.º 239 com a área de 14,21 alqueires. — Com-
promissado com Euclides Cordeiro dos Santos, conf. Contrato
N.º 3/70 de 26.10.70
OBS.: — Faltam os seguintes pagamentos:
Cr\$ 543,80 em 26.10.72
Cr\$ 543,80 em 26.10.72

- Cr\$ 1.087,60 — Saldo Credor da FPCI — Cr\$ 1.087,60
- 6) Gleba 21 — Lote N.º 65 — c/a área de 7,31 alqueires, vendido ao
Sr. João Maria Rodrigues conf. contrato N.º 9/64. Falta um pa-
gamento de Cr\$ 27,00
- 7) Gleba 21 — Lote N.º 156-A — c/a área de 3 alqueires. — Com-
promissado com Osmindo de Oliveira Bueno, conf. contrato N.º
17/64. Consta um débito de Cr\$ 11,00

T O T A L Cr\$ 40.908,00

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS

- 1) Lote N.º 77-G — Saldo do Lote referente ao contrato N.º 139/53,
com Pedro Flores e Outro c/área de 8 alqueires. Proc. 441/62
- 2) Gleba 3 — Lote N.º 48-C — Saldo do lote referente ao contrato
N.º 61/59 com área c/ 4 alqueires com Galvino Alves de Sou-
za. Transferiu para Nicanor Camilo dos Reis, conf. Proc. 228/62
132-72). Preço total Cr\$ 3.129,00. Pagou Cr\$ 700,00 por conta,
ficando um débito de: Cr\$ 2.429,00
- 3) Gleba 3 — Lote n.º 48-E — Saldo do lote referente ao contrato
n.º 61-59, com a área de 1,85 alqueires com Galvino Alves de
Souza. — Transferiu para Nicanor Camilo dos Reis, conf.
Proc. 228-62.
- 4) Gleba 12 — Lote n.º 7, com a área de 81,24 alqueires. Vendido
a Clayton de Souza Mello, conf. Processo n.º 842-54. Não
consta contrato.
- 5) Gleba 3 — Lote n.º 29 — Parte — com a área de 6,27 alquei-
res. Compromissado com Maria de Lourdes Nogueira Jayme
conf. contrato n.º 51-54. — (Minuta em nome de João Salus-
tiano da Silva, em 5-8-63).
- 6) Gleba 17 — Lote n.º 66, com a área de 93,39 alqueires. — Com-
promissado com Sydney José Sampaio, conf. contrato n.º
143-59.
- 7) Gleba 16 — 1.a. P. — Lote n.º 52-B — com a área de 5,30 al-
queires. Compromissado com Barnabé do Valle, conforme
contrato n.º 7-71.
- 8) Gleba 16 — 1.a. P. — Lote n.º 52-B1 — com a área de 0,42 al-
queires. Compromissado com João Bonifácio de Oliveira, conf.
contrato n.º 10-71.
- 9) Gleba 16 — 1.a. P. — Lote n.º 52-C, com a área de 3,30 al-
queires. Compromissado com Germano Kreling, conforme con-
trato n.º 6-71.
- 10) Gleba 13 — Lote n.º 19, com a área de 20,62 alqueires. Com-
promissado com Santo Ferreira de Albuquerque, conforme
contrato n.º 14-71.
- 11) Gleba 21 — Lote n.º 128, com a área de 14,96 alqueires. Com-
promissado com Nagibe Ferreira de Souza, conforme contrato
n.º 17-62. — Minuta de escritura expedida a Sebastião Bal-
bim em 24-3-69. — Conforme Proc. 316-68.
- 12) Gleba 21 — Lote n.º 151-B, com a área de 9,27 alqueires. Com-
promissado com Pedro Martins de Campos, conf. contrato
n.º 24-64. — Transferiu para Airton Ferreira Amaral, conf.
Proc. 171-72.
- 13) Gleba 16 — 1.a. P. — Lote n.º 7-B-9, com a área de 2,56 al-
queires. Compromissado com Galvino João Dalavechia, conf.
contrato n.º 13-71.
- 14) Gleba 3 — Lote n.º 23, com a área de 20,66 alqueires. Com-
promissado com Antonio Nunes Maciel, conforme contrato n.º
24-72 de 7-7-72.
- 15) Gleba 21 — Lote H e I da Subdivisão do Lote n.º 154, com
área de 3,14 alqueires. Compromissado com Darci Rodrigues
dos Santos, conf. contrato n.º 2-72 de 24-2-72.
- 16) Gleba 16 — 1.a. P. — Lote n.º 7-B-10, com a área de 1,82 al-
queires. Contrato com Galvino João Dalavechia.
- 17) Gleba 16 — 1.a. P. — Lote n.º 7-B-11, com a área de 1,82 al-
queires. contrato de compromisso de compra e venda com
Galvino João Dalavechia.

IMÓVEIS

COLÔNIA "B" — SANTA HELENA E SOL DE MAIO

Escritura de Doação feita pelo Estado do Paraná à Fundação Paranaense
de Colonização e Imigração, lavrada em 26-1-1.951, no 6.º Tabelião de No-
tas da Capital, às fls. 76 do Livro 31 e transcrita sob n.º 2.493, às fls. 28-29
do Livro n.º 3 do Registro de Imóveis de Fôz do Iguaçu.

Escritura de Declaração, Fixação de Divisas e Avimentação de Rumos.
lavrada em 14-6-1.959 no 6.º Tabelionato de Notas da Capital e averbada à
margem da Escritura transcrita sob n.º 2.493, em 29-12-1.960, no Registro
de Imóveis de Fôz do Iguaçu.

A — IMÓVEIS NÃO ALIENADOS

Estimativa da área remanescente e apenas planimetrada ou
avaliada graficamente, pendente de estremação de áreas de
terceiros na "Parte Oeste" da referida Colônia. 1.432,00 hec-
tares ou 600 alqueires Cr\$ 180.000,00

GLEBA 4 da "Parte Oeste"

Área remanescente pendente de serviços topográficos para di-
visão em lotes. 851,33 hectares ou 351,79 alqueires Cr\$ 105.537,00

OBS: A ALLEGRETTI & CIA. Ltda. alega, conforme processo
n.º 060-69, direitos dominiais sobre a área da Gleba 4 — Parte
Oeste

B — LOTES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

- 1) Lote n.º 1 do Núcleo B, com a área de 56,30 hectares ou
23,26 alqueires compromissados com Agostinho Gallo e Da-
nilo Gallo conforme contrato n.º 5-72, de 9-3-72. — Negocia-
do ao preço total de Cr\$ 6.978,00.
Pagou entrada de Cr\$ 1.744,50.
Saldo a pagar Cr\$ 1.744,50 em 10-3-73
Cr\$ 1.744,50 em 10-3-74
Cr\$ 1.744,50 em 10-3-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 5.233,50
- 2) Lote n.º 1 do Núcleo D, com a área de 24,16 hectares ou 9,98
alqueires, compromissado com Leo Vicente Ordakowski,
conf. contrato n.º 6-72, de 14-4-72. Negociado ao preço total
de Cr\$ 3.000,00. Pagou entrada de Cr\$ 750,00, ficando um saldo
de Cr\$ 2.250,00 a pagar em 3 prestações iguais e anuais ou
seja:
Cr\$ 750,00 em 14-4-73
Cr\$ 750,00 em 14-4-74
Cr\$ 750,00 em 14-4-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 2.250,00
- 3) Lote n.º 2-D do Núcleo A, com a área de 14,73 hectares ou 6,09
alqueires, compromissado com Aldo Erd, conf. contrato n.º
13-72, de 16-6-72. Negociado ao preço total de Cr\$ 1.827,00.
Pagou entrada de Cr\$ 454,00 ficando um saldo de Cr\$ 1.373,00
para pagamento em 3 prestações anuais ou seja:
Cr\$ 473,00 em 30-3-73
Cr\$ 450,00 em 30-3-74
Cr\$ 450,00 em 30-3-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 1.373,00
- 4) Lote n.º 2-C do Núcleo A, com a área de 14,70 hectares ou 6,07
alqueires, compromissado com Emigdio Canzi, conf. contrato
n.º 14-72, de 16-6-72. Negociado ao preço total de Cr\$ 1.821,00.
Pagou entrada de Cr\$ 453,00, ficando um saldo de Cr\$ 1.368,00
a pagar em 3 prestações iguais e anuais ou seja:
Cr\$ 456,00 em 30-3-73
Cr\$ 456,00 em 30-3-74
Cr\$ 456,00 em 30-3-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 1.368,00
- 5) Lote n.º 2-A do Núcleo A, com a área de 14,70 hectares ou 6,07
alqueires, compromissado com Arlindo Freimuller, conf. con-
trato n.º 15-72, de 16-6-72. Negociado ao preço total de Cr\$
1.821,00. Pagou Cr\$ 453,00 de entrada, ficando um saldo de
Cr\$ 1.368,00 a pagar em 3 prestações iguais e anuais ou seja:
Cr\$ 456,00 em 30-3-73
Cr\$ 456,00 em 30-3-74
Cr\$ 456,00 em 30-3-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 1.368,00
- 6) Lote n.º 3 do Núcleo B, com a área de 6,49 alqueires, comp-
romissado com Neri Dama, conf. contrato n.º 16-72, de 16-6-72.
Negociado ao preço total de Cr\$ 1.947,00. Pagou de entrada
Cr\$ 480,00, ficando um saldo de Cr\$ 1.467,00 a pagar em 3
prestações iguais e anuais ou seja:
Cr\$ 489,00 em 16-6-73
Cr\$ 489,00 em 16-6-74
Cr\$ 489,00 em 16-6-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 1.467,00
- 7) Lote n.º 1 da Gleba 4, parte Oeste, com a área de 16,94 al-
queires ou 40,99 hectares, compromissado com Almiro Weis-
cheimer, conf. contrato n.º 18-72, de 30-6-72. Negociado ao
preço total de Cr\$ 5.082,00. Pagou entrada de Cr\$ 1.242,00, fi-
cando um saldo de Cr\$ 3.840,00 a pagar em três prestações
iguais e anuais ou seja:
Cr\$ 1.280,00 em 30-6-73
Cr\$ 1.280,00 em 30-6-74
Cr\$ 1.280,00 em 30-6-75
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 3.840,00
- 8) Lote n.º 9 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 13,60 héc-
tares ou 5,62 alqueires, compromissado com Arquire Martins,
conf. contrato n.º 23-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 1.686,00.

| | |
|--|----------|
| Pagou Cr\$ 300,00 por conta, ficando um saldo de Cr\$ 1.386,00, para pagar em três prestações anuais: | |
| Cr\$ 462,00 em 23-6-73 | |
| Cr\$ 462,00 em 23-6-74 | |
| Cr\$ 462,00 em 23-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.386,00 |
| 9) Lote n.º 3 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 10,04 hectares ou 4,15 alqueires, compromissado com Estanislau Pacovska e Kestudes Pacovska, conf. contrato n.º 28-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 1.245,00. Pagou Cr\$ 311,25, por conta, ficando um saldo devedor de Cr\$ 933,75, para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 311,25 em 28-6-73 | |
| Cr\$ 311,25 em 28-6-74 | |
| Cr\$ 311,25 em 28-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 933,75 |
| 10) Lote n.º 8 do Núcleo E, da parte Oeste, com a área de 22,20 hectares ou 9,17 alqueires, compromissado com João Bassegio, conf. contrato n.º 20-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 2.751,00. Pagou entrada de Cr\$ 688,20, ficando um saldo devedor de Cr\$ 2.062,80 a pagar em 3 prestações ou seja: | |
| Cr\$ 687,60 em 23-6-73 | |
| Cr\$ 687,60 em 23-6-74 | |
| Cr\$ 687,60 em 23-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.062,80 |
| 11) Lote n.º 10 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 31,90 hectares ou 13,18 alqueires, compromissado com Izaltino Salmoria, conf. contrato n.º 21-72, de 7-7-72. Preço total de Cr\$ 3.954,00. Pagou entrada de Cr\$ 1.000,00, ficando um saldo de Cr\$ 2.954,00, para pagamento de 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 1.000,00 em 23-6-73 | |
| Cr\$ 1.000,00 em 23-6-74 | |
| Cr\$ 954,00 em 23-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.954,00 |
| 12) Lote n.º 11 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 25,20 hectares ou 10,41 alqueires, compromissado com Alcides Schäfer, conf. contrato n.º 22-72, de 7-7-72. Preço total de Cr\$ 3.123,00. Pagou Cr\$ 781,20 de entrada, ficando um saldo de Cr\$ 2.341,80 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 780,60 em 23-6-73 | |
| Cr\$ 780,60 em 23-6-74 | |
| Cr\$ 780,60 em 23-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.341,80 |
| 13) Lote n.º 4 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 10,15 hectares ou 4,19 alqueires, compromissado com Ervino Schneider, conf. contrato n.º 25-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 1.257,00. Pagou Cr\$ 314,65, por conta, ficando um saldo de Cr\$ 942,35, para pagamento em 3 prestações anuais, ou seja: | |
| Cr\$ 314,35 em 28-6-73 | |
| Cr\$ 314,00 em 28-6-74 | |
| Cr\$ 314,00 em 28-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 942,35 |
| 14) Lote n.º 5 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 10,19 alqueires ou 24,65 hectares, compromissado com Claudino Reolon, conf. contrato n.º 26-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 3.057,00. Pagou Cr\$ 764,25 de entrada, restando um saldo de Cr\$ 2.292,75 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 764,25 em 28-6-73 | |
| Cr\$ 764,25 em 28-6-74 | |
| Cr\$ 764,25 em 28-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.292,75 |
| 15) Lote n.º 6 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 14,48 hectares ou 5,98 alqueires, compromissado com Antonio Pedro da Silva, conf. contrato n.º 27-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 1.794,00. Pagou Cr\$ 449,25, por conta, ficando um saldo de Cr\$ 1.344,75 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 448,25 em 28-6-73 | |
| Cr\$ 448,25 em 28-6-74 | |
| Cr\$ 448,25 em 28-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.344,75 |
| 16) Lote n.º 1 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 30,40 hectares ou 12,56 alqueires, compromissado com José Lauro Wenzel, conf. contrato n.º 29-72, de 7-7-72. Preço total Cr\$ 3.768,00. Pagou Cr\$ 942,40 de entrada, restando um saldo de Cr\$ 2.825,60 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 942,00 em 28-6-73 | |
| Cr\$ 942,80 em 28-6-74 | |
| Cr\$ 942,80 em 28-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.825,60 |
| 17) Lote n.º 2 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 21 hectares ou 8,68 alqueires, compromissado com Amantino Henrique Gabriel, conf. contrato n.º 30-72. Preço total Cr\$ 2.604,00. Pagou Cr\$ 651,00 de entrada, ficando um saldo de Cr\$ 1.953,00 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 651,00 em 28-6-73 | |
| Cr\$ 651,00 em 28-6-74 | |
| Cr\$ 651,00 em 28-6-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.953,00 |
| 18) Lote n.º 2-B do Núcleo "A", parte Oeste, com a área de 23,26 hectares ou 9,61 alqueires, compromissado com Emigídio Canzi, conf. contrato n.º 34-72, de 10-8-72. Preço total Cr\$ 2.883,00. Pagou Cr\$ 721,10 de entrada, ficando um saldo de Cr\$ 2.161,90 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 721,90 em 8-8-73 | |
| Cr\$ 720,00 em 8-8-74 | |
| Cr\$ 720,00 em 8-8-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.161,90 |
| 19) Lote n.º 7 do Núcleo E, parte Oeste, com a área de 23,35 hectares ou 9,65 alqueires, compromissado com Arlindo Edilio Vivian, conf. contrato n.º 33-72. Preço total Cr\$ 2.895,00. Pagou Cr\$ 724,00 de entrada, restando um saldo de Cr\$ 2.171,00 para pagamento em 3 prestações anuais: | |
| Cr\$ 731,00 em 8-8-73 | |
| Cr\$ 720,00 em 8-8-74 | |
| Cr\$ 720,00 em 8-8-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 2.171,00 |
| 20) Uma área de 13,80 hectares ou 5,70 alqueires, negociada com Arnaldo Henicka, na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, num total de Cr\$ 1.710,00. Pagou Cr\$ 400,00 por conta (Prot. 202-72) restando um débito de: | |
| Contrato n.º 64-72. | |
| Cr\$ 436,00 em 24-10-73 | |
| Cr\$ 436,00 em 24-10-74 | |
| Cr\$ 438,00 em 24-10-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.310,00 |
| 21) Uma área de 7,26 hectares ou 3 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Antenor Gledery (Prot. 145-72). Pagou Cr\$ 300,00 por conta, ficando um saldo credor da Fundação aproximado de: Cr\$ | 600,00 |
| OBS: Aguarda processo de medição para elaboração do contrato. | |
| 22) Uma área de 19,36 hectares ou 8 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Mario Olivo Momoli (Prot. 125-72). Pagou Cr\$ 500,00, ficando um débito de Cr\$ 1.900,00, aproximadamente. Cr\$ | 1.900,00 |
| OBS: Aguarda processo de medição para elaboração do contrato. | |
| 23) Uma área de 15,10 hectares ou 6,24 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Francisco Gonçalves da Silva (Prot. 126-72). Preço total Cr\$ 1.872,00. Pagou Cr\$ 600,00, ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 44-72). | |
| Cr\$ 424,00 em 12-10-73 | |
| Cr\$ 424,00 em 12-10-74 | |
| Cr\$ 424,00 em 12-10-75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.272,00 |
| 24) Uma área de 8,18 hectares ou 3,38 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Pedro Aulo Reis (Prot. 137-72). Preço total Cr\$ 1.014,00. Pagou Cr\$ 300,00 por conta, ficando um débito de: Cr\$ | 714,00 |
| 25) Uma área de 13,00 hectares ou 5,37 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Claudio Sehnem, (Prot. 135-72). Preço total Cr\$ 1.611,00. Pagou Cr\$ 220,00 por conta, ficando um débito de: Cr\$ | 1.391,00 |
| 26) Uma área de 36,30 hectares ou 15 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Frederico Fuhrmann (Prot. 138-72). Preço total Cr\$ 4.500,00. Pagou Cr\$ 1.000,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 3.500,00 |
| OBS: Aguarda processo de medição. | |
| 27) Uma área de 25,24 hectares ou 10,43 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Helmuth Grave (Prot. | |
| 28) Uma área de 9,68 hectares ou 4 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Walter Bokorney (Prot. 149-72). Preço total Cr\$ 1.200,00. Pagou Cr\$ 300,00 por conta ficando um débito aproximado de: | 900,00 |
| OBS: Aguarda processado de medição. | |
| 29) Uma área de 19,36 hectares ou 8 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Arlindo de Bona (Prot. 58-72). Preço total Cr\$ 2.400,00. Pagou Cr\$ 400,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 2.000,00 |
| OBS: Aguarda processado de medição. | |
| 30) Uma área de 9,68 hectares ou 4 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Miguel Bokorney (Prot. 150-72). Preço total Cr\$ 1.200,00. Pagou Cr\$ 300,00 por conta ficando um débito aproximado de Cr\$ | 900,00 |
| OBS: Aguarda processado de medição. | |
| 31) Uma área de 12,10 hectares ou 5 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Wilfréd Festler (Prot. 151-72). Preço total Cr\$ 1.500,00. Pagou Cr\$ 370,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 1.130,00 |
| OBS: Aguarda processado de medição. | |
| 32) Uma área de 34,00 hectares ou 14,05 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Dionísio Méazza (Prot. 144-72). total Cr\$ 4.215,00. Pagou Cr\$ 900,00 por conta ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 41-72). | |
| Cr\$ 1.105,00 em 12.10.73 | |
| Cr\$ 1.105,00 em 12.10.74 | |
| Cr\$ 1.105,00 em 12.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 3.315,00 |
| 33) Uma área de 11,83 hectares ou 4,89 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Irineu Martin (Prot. 147-72). Pre- | |

| | | | | | |
|---|--|----------|---|--|-----------|
| go total Cr\$ 1.487,00. Pagou Cr\$ 450,00 por conta ficando um débito de: Cr\$ | | 1.017,00 | (prot. 197-72). Preço total Cr\$ 3.000,00. Pagou Cr\$ 500,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 2.500,00 |
| 34) Uma área de 9,68 hectares ou 4 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Edmundo Neumann (Prot. 128-72). Preço total Cr\$ 1.200,00. Pagou Cr\$ 300,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 900,00 | OBS: Aguarda proc. de medição. | | |
| 35) Uma área de 15,15 hectares ou 6,26 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Alcides Lazzari (Prot. 146-72). Preço total Cr\$ 1.878,00. Pagou Cr\$ 500,00 por conta ficando um débito de: Cr\$ | | 1.378,00 | 50) Uma área de 16,70 hectares ou 6,90 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Dionísio Perini (Prot. 116-72). Preço total Cr\$ 2.070,00. Pagou Cr\$ 825,00 por conta ficando um débito de: | | |
| 36) Uma área de 24,20 hectares ou 10 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Otilio Antonio da Silva. (Prot. 57-72). Preço total Cr\$ 3.000,00. Pagou Cr\$ 600,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 2.400,00 | (Contrato n.o 53-72) | | |
| OBS: Aguarda processado de medição. | | | Cr\$ 415,00 em 24.10.73 | | |
| 37) Uma área de 11,83 hectares ou 4,89 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Olinda Martin (Prot. 119-72). Preço total Cr\$ 1.487,00. Pagou Cr\$ 450,00 por conta ficando um débito de: Cr\$ | | 1.017,00 | Cr\$ 415,00 em 24.10.74 | | |
| 38) Uma área de 12,48 hectares ou 5,16 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Dovilio Meazza (Prot. 143-72). Preço total Cr\$ 1.548,00. Pagou por conta Cr\$ 390,00 ficando um débito de: | | | Cr\$ 415,00 em 24.10.75 | | |
| (Contrato n.o 46-72). | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.245,00 |
| Cr\$ 386,00 em 12.10.73 | | | 51) Uma área de 11,60 hectares ou 4,79 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Adelino Benedito Soares (prot. 273-68). Preço total Cr\$ 1.437,00. Pagou Cr\$ 375,00 por conta ficando um débito de: | | |
| Cr\$ 386,00 em 12.10.74 | | | (Contrato n.o 59-72). | | |
| Cr\$ 386,00 em 12.10.75 | | | Cr\$ 354,00 em 24.10.73 | | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.158,00 | Cr\$ 354,00 em 24.10.74 | | |
| 39) Uma área de 33,88 hectares ou 14 alqueires mais ou menos, negociada com Alderico de Bona (prot. 112-68), na base de Cr\$ 300,00 por alqueire. Preço total Cr\$ 4.200,00. Pagou Cr\$ 800,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 3.400,00 | Cr\$ 354,00 em 25.10.75 | | |
| OBS: Aguarda processado de medição. | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.062,00 |
| 40) Uma área de 15,10 hectares ou 6,24 alqueires negociada com Antonio Astresse, na base de Cr\$ 300,00 o alqueire (prot. 220-72). Preço total Cr\$ 1.872,00. Pagou Cr\$ 200,00 por conta, ficando um débito de: | | | 52) Uma área de 15,15 hectares ou 6,26 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Alcides dos Santos (prot. 267-68). Preço total Cr\$ 1.878,00. Pagou Cr\$ 560,00 por conta ficando um débito de: | | |
| (Contrato n.o 40-72). | | | (Contrato n.o 48-72). | | |
| Cr\$ 558,00 em 12.10.73 | | | Cr\$ 440,00 em 12.10.73 | | |
| Cr\$ 557,00 em 12.10.74 | | | Cr\$ 439,00 em 12.10.74 | | |
| Cr\$ 557,00 em 12.10.75 | | | Cr\$ 439,00 em 12.10.75 | | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.672,00 | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.318,00 |
| 41) Uma área de 50,48 hectares ou 20,86 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com João Elias Regazon (Prot. 139-72). Preço total Cr\$ 6.258,00. Pagou Cr\$ 1.500,00 por conta ficando um débito de: Cr\$ | | 4.758,00 | 53) Uma área de 19,00 hectares ou 7,85 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Arlindo Severiano Camile (prot. 199-72). Preço total Cr\$ 2.355,00. Pagou Cr\$ 600,00 por conta ficando um débito de: | | |
| 42) Uma área de 48,40 hectares ou 20 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Dario Andrade (prot. 109-68). Preço total Cr\$ 6.000,00. Pagou Cr\$ 900,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 5.100,00 | Cr\$ 585,00 em 24.10.73 | | |
| OBS: Aguarda processado de medição. | | | Cr\$ 585,00 em 25.10.74 | | |
| 43) Uma área de 43,56 hectares ou 18 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Dario Andrade (prot. 152-72). Preço total Cr\$ 5.400,00. Pagou Cr\$ 900,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 4.500,00 | Cr\$ 585,00 em 25.10.75 | | |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.755,00 |
| 44) Uma área de 47,74 hectares ou 19,75 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Vito Amelho Ferri (prot. 221-72). Preço total Cr\$ 5.919,00. Pagou Cr\$ 1.000,00 por conta ficando um débito de: Cr\$ | | 4.919,00 | 54) Uma área de 111,32 hectares ou 46 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Maurilio Cattani (prot. 108-68). — Preço total Cr\$ 13.800,00. Pagou Cr\$ 3.450,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 10.350,00 |
| 45) Uma área de 53,24 hectares ou 22 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Vito Amelho Ferri (prot. 132-72). Preço total Cr\$ 6.600,00. Pagou Cr\$ 1.000,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 5.600,00 | OBS: Aguarda proc. de medição. | | |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | | | 55) Uma área de 12,48 hectares ou 5,16 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Avelino Pinheiro (prot. 114-72). Preço total Cr\$ 1.548,00. Pagou Cr\$ 300,00 por conta ficando um débito de: | | |
| 46) Uma área de 48,50 hectares ou 20,04 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com José Biesdorf (prot. 136-72). Preço total Cr\$ 6.120,00. Pagou Cr\$ 1.000,00 por conta ficando um débito de: Cr\$ | | 5.120,00 | (Contrato n.o 57-72). | | |
| 47) Uma área de 22,00 hectares ou 9,09 alqueires negociada com Elmira Zinke (prot. 195-72), na base de Cr\$ 300,00 o alqueire. Preço total Cr\$ 2.727,00. Pagou Cr\$ 675,00 de entrada, ficando um débito de: | | | Cr\$ 416,00 em 24.10.73 | | |
| (Contrato n.o 51-72). | | | Cr\$ 416,00 em 24.10.74 | | |
| Cr\$ 684,00 em 12.6.73 | | | Cr\$ 416,00 em 24.10.75 | | |
| Cr\$ 684,00 em 12.6.74 | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.248,00 |
| Cr\$ 684,00 em 12.6.75 | | | 56) Uma área de 3,90 hectare sou 1,61 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Ari Luiz Astresse (prot. 115-72). Preço total Cr\$ 483,00. Pagou Cr\$ 180,00 por conta ficando um débito de: | | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 2.052,00 | (Contrato n.o 65-72). | | |
| 48) Uma área de 13,98 hectares ou 5,78 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Neri Dama (prot. 58-71). Preço total Cr\$ 1.734,00. Pagou Cr\$ 300,00 por conta ficando um débito de: | | | Cr\$ 101,00 em 24.10.73 | | |
| (Contrato n.o 58-72). | | | Cr\$ 101,00 em 24.10.74 | | |
| Cr\$ 478,00 em 24.10.73 | | | Cr\$ 101,00 em 24.10.75 | | |
| Cr\$ 478,00 em 24.10.74 | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 303,00 |
| Cr\$ 478,00 em 24.10.75 | | | 57) Uma área de 23,11 hectares ou 9,55 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Arnoldo Moncke (prot. 200-72). Preço total Cr\$ 2.865,00. Pagou por conta Cr\$ 750,00 ficando um débito de: | | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.434,00 | (Contrato n.o 43-72). | | |
| 49) Uma área 24,20 hectares ou 10 alqueires mais ou menos negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Joaquim Marconsin | | | Cr\$ 705,00 em 12.10.73 | | |
| | | | Cr\$ 705,00 em 12.10.74 | | |
| | | | Cr\$ 705,00 em 12.10.75 | | |
| | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 2.115,00 |
| | | | 58) Uma área de 96,80 hectares ou 40 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Catarina Gasparim Noro e Nestor Calixto Noro (prot. 170-72). Pagou Cr\$ 3.075,00, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 8.925,00 |
| | | | OBS: Aguarda processado de medição. | | |
| | | | 59) Uma área de 45,98 hectares ou 19 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Germano Noro (prot. 169-72). Preço total Cr\$ 5.700,00. Pagou Cr\$ 1.000,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 4.700,00 |
| | | | OBS: Aguarda proc. de medição. | | |
| | | | 60) Uma área de 12,48 hectares ou 5,16 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Alorino Antonio Momolli (prot. 068-72). Preço total Cr\$ 1.548,00. Pagou Cr\$ 375,00 por conta, ficando um débito de: | | |
| | | | (Contrato n.o 54-72). | | |
| | | | Cr\$ 391,00 em 24.10.73 | | |
| | | | Cr\$ 391,00 em 24.10.74 | | |
| | | | Cr\$ 391,00 em 24.10.75 | | |
| | | | Saldo Credor da Fundação Cr\$ | | 1.173,00 |
| | | | 61) Uma área de 24,20 hectares ou 10 alqueires mais ou menos, negociada ao preço de Cr\$ 300,00 por alqueire com José Rosa (Prot. 141-72). Preço total Cr\$ 3.000,00. Pagou Cr\$ 750,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | | 2.250,00 |
| | | | OBS: Aguarda proc. de medição. | | |

| | |
|---|-----------------|
| 62) Uma área de 16,38 hectares ou 6,77 alqueires mais ou menos, negociada ao preço de Cr\$ 300,00 por alqueire com Aloisio Kochmann (prot. 110-68). Preço total Cr\$ 2.031,00. Pagou Cr\$ 531,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 1.500,00 |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | |
| 63) Uma área de 16,00 hectares ou 6,61 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com João Iaruchewski (prot. 66-72). Preço total Cr\$ 1.983,00. Pagou Cr\$ 450,00 por conta ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 60-72). | |
| Cr\$ 511,00 em 24.10.73 | |
| Cr\$ 511,00 em 24.10.74 | |
| Cr\$ 511,00 em 24.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.533,00 |
| 64) Uma área de 30,51 hectares ou 12,01 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Gervasio Biesek (prot. 120-71). Preço total Cr\$ 3.783,00. Pagou Cr\$ 2.000,00 por conta ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 61-72). | |
| Cr\$ 594,00 em 24.10.73 | |
| Cr\$ 594,00 em 24.10.74 | |
| Cr\$ 594,00 em 24.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.783,00 |
| 65) Uma área de 15,00 hectares ou 6,20 alqueires negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Cristiano Candido (prot. 196-72). Preço total Cr\$ 1.860,00. Pagou Cr\$ 450,00 por conta ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 62-72). | |
| Cr\$ 470,00 em 24.10.73 | |
| Cr\$ 470,00 em 24.10.74 | |
| Cr\$ 470,00 em 24.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.410,00 |
| 67) Uma área de 4,84 hectares ou 2 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Antonio Rosa (prot. 166-72). Preço total Cr\$ 1.800,00. Pagou Cr\$ 450,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 1.350,00 |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | |
| 67) Uma área de 4,84 hectares ou 2 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire com Dionisio Fontoura. (Prot. 165-72). Preço total Cr\$ 600,00. Pagou Cr\$ 150,00 por conta ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 450,00 |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | |
| 68) Uma área de 14,52 hectares ou 6 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Fabricio da Silva (prot. 120-72). Preço total Cr\$ 1.800,00. Pagou Cr\$ 450,00 por conta, ficando um débito de: Cr\$ | 1.350,00 |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | |
| 69) Uma área de 10,80 hectares ou 4,46 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Ilga Pott (prot. 140-72). Preço total Cr\$ 1.338,00. Pagou Cr\$ 350,00 por conta, ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 52-72) | |
| Cr\$ 329,00 em 24.10.73 | |
| Cr\$ 329,00 em 24.10.74 | |
| Cr\$ 330,00 em 24.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 988,00 |
| 70) Uma área de 19,33 hectares ou 7,99 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com José Pedro da Rosa Tis (prot. 198-72). Preço total Cr\$ 2.397,00. Pagou Cr\$ 675,00 por conta, ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 45-72) | |
| Cr\$ 574,00 em 12.10.73 | |
| Cr\$ 574,00 em 12.10.74 | |
| Cr\$ 574,00 em 12.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.722,00 |
| 71) Uma área de 16,00 hectares ou 6,61 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Avelino Noro (prot. 270-68). Preço total Cr\$ 1.983,00. Pagou Cr\$ 500,00 por conta, ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 50-72) | |
| Cr\$ 494,00 em 24.10.73 | |
| Cr\$ 494,00 em 24.10.74 | |
| Cr\$ 495,00 em 24.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.483,00 |
| 72) Uma área de 16,00 hectares ou 6,61 alqueires, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Silvio Galeano (prot. 263-68). Preço total Cr\$ 1.983,00. Pagou Cr\$ 496,00 por conta, ficando um débito de: | |
| (Contrato n.º 42-72) | |
| Cr\$ 497,00 em 12.10.73 | |
| Cr\$ 495,00 em 12.10.74 | |
| Cr\$ 495,00 em 12.10.75 | |
| Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.487,00 |
| 73) Uma área de 89,54 hectares ou 73 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Mario Noro (prot. 168-72 e 435-67). Preço total Cr\$ 11.100,00. Pagou Cr\$ 2.416,90 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 8.683,10 |
| 74) Uma área de 14,52 hectares ou 6 alqueires mais ou menos, negociada na base de Cr\$ 300,00 o alqueire, com Sante Antonio Somavilla (prot. 70-72). Preço total Cr\$ 1.800,00. Pagou Cr\$ 400,00 por conta, ficando um débito aproximado de: Cr\$ | 1.400,00 |
| OBS: Aguarda proc. de medição. | |
| T O T A L | Cr\$ 457.675,30 |

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS

- 1) Gleba 5 — Lote n.º 103 — Com a área de 29,80 hectares ou 12,31 alqueires (Saldo do lote) compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e outros, conforme contrato n.º 20-56) — Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 2) Gleba 5 — Lotes n.º 127 — Com a área de 183,00 hectares, ou 76,62 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 3) Gleba 5 — Lote n.º 128 — Com a área de 45,60 hectares ou 18,84 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 4) Gleba 5 — Lote n.º 129 — Com a área de 37,60 hectares ou 15,54 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 5) Gleba 5 — Lote n.º 130 — Com a área de 43,40 hectares ou 17,93 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 6) Gleba 5 — Lote n.º 137 — Com a área de 36,80 hectares ou 15,21 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 7) Gleba 5 — Lote n.º 138 — Com a área de 38,20 hectares ou 15,79 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 8) Gleba 5 — Lote n.º 139 — Com a área de 36,40 hectares ou 15,04 alqueires compromissado com Luiz Gonzaga Pinto e Outros, conf. contrato n.º 20-56. Consta ter transferido para a Sociedade Agropavi. — (Prot. n.º 1.113-61).
- 9) Lote n.º 1 do Núcleo "A", parte Oeste, com a área de 12,80 hectares compromissado com Teodolindo Ronchetti conf. contrato n.º 3-71.
OBS.: Os lotes das antigas Glebas 3, 4, 7, 8 e 9 e parte da antiga Gleba Maripá, Colônia "B" — Santa Helena e Sol de Maio, anteriormente objeto de compromissos de compra e venda com diversos, foram revestidos ao Estado do Paraná por força da Escrição Pública de declaração, fixação, de divisas e avistamento de rumos, feito entre o Estado do Paraná e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, em 14.06.1959, conforme consta de fls. 62 v. do Livro 164 do 6.º Tabelião de Notas da Capital.

IMÓVEIS — COLÔNIA "C" — SERRA DE MARACAJÚ

Transcrição n.º 22.552, fls. 193 do Livro 3-N. — Registro Geral de Imóveis, Hipotecas, Títulos e Documentos — Comarca de Guarapuava — Paraná.

Transcrição n.º 2.493 fls. 28-29 do Livro 3. — Registro de Fôz do Iguazu — Paraná.

A — TERRAS DE PROPRIEDADE DA F.P.C.I.

Área remanescente da Gleba 4 com 72,60 hectares (30 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados), ainda não medida e demarcada. Valor estimado Cr\$ 9.000,00

B — ÁREAS COMPROMISSADAS, PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

Gleba 4 — Lote n.º 75-B-3, compromissado a Alcides Benitez, com 10,77 hectares (4,45 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados). Saldo devedor Cr\$ 667,50

T O T A L Cr\$ 9.667,50

C — ÁREAS COMPROMISSADAS E QUITADAS, PENDENTES DE ESCRITURA DEFINITIVA

Gleba 1 — Lotes originais de n.ºs. 1 a 114 com a área compromissada e quitada de 24.238,98 hectares (10.016,11 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados). área essa subdividida em lotes menores conforme planta de área de 24.376,71 hectares (10.073,02 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados), registrada sob n.º 13 no livro 8 de lotamentos do Registro de Imóveis de Toledo, sub-divisão feita pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural — CODAL, cessionária de compradores de terras, tendo a F.P.C.I. a pedido da cessionária, já escriturada parte da área, objeto de cessão de direitos a diversos adquirentes dos lotes oriundos da subdivisão dos lotes originais.

Gleba 2 — Lotes originais de n.ºs. 1 a 53, com a área compromissada e quitada de 12.300,20 hectares (5.082,73 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados). área essa subdividida em lotes menores, conforme planta de área de 12.432,88 hectares (5.137,55 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados) registrada sob n.º 14 do livro n.º 8 do Registro de Imóveis de Toledo, subdivisão feita pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural — CODAL, cessionária de compradores de terras, tendo a F.P.C.I., a pedido da cessionária, já escriturada parte da área, objeto de cessão de direitos, a diversos adquirentes dos lotes oriundos da subdivisão dos lotes originais.

Gleba 3 — Lote 59-A, com 12,10 hectares (5,00 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados), compromissado e quitado por Gaspar Ribas Pinheiro.

Gleba 4 — Lote 75-B-2, com 30,08 hectares (12,43 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados), compromissado e quitado por D. Custódia P. de Jesus Moreira.

Gleba 5 — Lote 160, com 138,28 hectares (57,14 adqueires paulistas de 24.200 metros quadrados), compromissado e quitado por José Patriarca dos Santos.

Gleba 5 — Lotes originais de n.ºs. 42 a 53, 103 a 106, 108, 110, 112, 122, 145 a 158, 162 e 163, com área compromissada e quitada de 5.814,31 hectares (2.402,61 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados), área essa subdividida em lotes menores pela Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural — CODAL cessionária de compradores de terras, tendo a F.P.C.I., a pedido da cessionária, já escriturado parte da supra citada área a diversos adquirentes de lotes oriundos de subdivisão dos lotes originais.

IMÓVEIS — COLÔNIA "D" — IVAÍ — GLEBA ÚNICA

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS

Lote n.º 27-B, com 14,39 alqueires: Contrato "Quitado", em nome de Dalvo Rodrigues da Cunha

IMÓVEIS — COLÔNIA "E" — BOCAIÚVA DO SUL

Escritura de Compra e Venda lavrada às fls. 76 do Livro 31 do 6.º Tabelionato de Notas da Capital — Paraná.

Transcrição sob n.º 114, às fls. 34 do Livro 3-A do Registro de Imóveis de Bocaiúva do Sul.

GLEBA 3 — LOTEAMENTO INSCRITO — Registrado sob n.º 4 às fls. 3 do Livro 8 do Registro de Imóveis de Propriedade Loatado do Registro de Imóveis de Bocaiúva do Sul.

A — LOTES NÃO ALIENADOS

PARTE A

| | VALOR |
|---|----------|
| 1) Lote n.º 102, com a área de 33,8 ha. | 4.190,18 |
| 2) Lote n.º 107, com a área de 19,3 ha. | 2.392,62 |
| 3) Lote n.º 106, com a área de 24,1 ha. | 2.987,67 |
| 4) Lote n.º 109, com a área de 26,4 ha. | 3.277,09 |
| 5) Lote n.º 108, com a área de 33,2 ha. | 4.115,80 |
| 6) Lote n.º 110, com a área de 35,9 ha. | 4.450,52 |
| 7) Lote n.º 111, com a área de 30,3 ha. | 3.756,29 |
| 8) Lote n.º 112, com a área de 42,4 ha. | 5.256,32 |
| 9) Lote n.º 113, com a área de 37,0 ha. | 4.586,89 |
| 10) Lote n.º 114, com a área de 31,9 ha. | 3.954,64 |
| 11) Lote n.º 115, com a área de 23,5 ha. | 2.913,29 |
| 12) Área Reservada para possíveis acertos. — 129,81 alqueires. | |
| 13) Área Reservada para acerto de superposição com terras de Estefano Lepca: 289,99 ha. | |
| 14) Lote n.º 131, com a área de 35,8 ha. Reservado para florestamento | 4.438,12 |
| 15) Lote n.º 5, com a área de 5,8 ha. | 719,02 |
| 16) Lote n.º 6, com a área de 8,3 ha. Pela planta inicial havia sido reservado para a Colonizadora Sul-Brás | 1.028,95 |
| 17) Lote n.º 7, com a área de 10,9 ha. Reservado para Granja e florestamento | 1.351,27 |
| 18) Lote n.º 8, com a área de 13,4 ha. Reservado para Granja e para florestamento | 1.661,19 |
| 19) Lote n.º 9, com a área de 10,9 ha. (Res. p/ florestamento) | 1.351,27 |
| 20) Lote n.º 18, com a área de 6,2 ha. (Res. p/ florestamento) | 768,61 |
| 21) Lote n.º 17, com a área de 4,6 ha. (Res. p/ florestamento) | 570,26 |
| 22) Lote n.º 18, com a área de 3,6 ha. (Res. p/ florestamento) | 446,29 |
| 23) Lote n.º 11, com a área de 10,9 ha. (Reservado 1 ha. para Cemitério) | 1.227,30 |
| 24) Lote n.º 12, com a área de 5,8 ha. | 719,02 |
| 25) Lote n.º 13, com a área de 6,3 ha. | 781,01 |
| 26) Lote n.º 14, com a área de 7,2 ha. | 892,58 |
| 27) Lote n.º 15, com a área de 8,5 ha. | 1.053,74 |
| 28) NÚCLEO RESIDENCIAL | |
| Quadra n.º 1, com 20 lotes (de 1 a 20) de 15 x 45 m. | 3.000,00 |
| Quadra n.º 2, com 20 lotes (1 a 20) de 15 x 45 m. | 3.000,00 |
| Quadra n.º 3, com 20 lotes (1 a 20) de 15 x 45 m. | 3.000,00 |
| Quadra n.º 4, com 20 lotes (1 a 20) de 15 x 45 m. | 3.000,00 |
| Quadra n.º 5, uma área correspondente a 5 lotes de 15x45 m. | 750,00 |
| Quadra n.º 6, com 20 lotes (1 a 20) de 15 x 45 m. | 3.000,00 |
| Quadra n.º 7, com 18 lotes de 15 x 45 m. | 2.700,00 |
| Quadras 8 a 26, com 20 lotes cada uma, de 15 x 45 m. | 3.000,00 |
| Quadras 28 a 32, com 20 lotes cada uma, de 15 x 45 m. | 3.000,00 |

GLEBA 3 — PARTE B

| | |
|---|----------|
| 1) Lote n.º 132, com a área de 25,87 ha. | 2.207,10 |
| 2) Lote n.º 134-A, com a área de 5,28 ha. | 654,56 |
| 3) Lote n.º 152, com a área de 35,55 ha. | 4.407,13 |
| 4) Lote n.º 19, com a área de 6,50 ha. | 1.152,92 |
| 5) Lote n.º 158, com a área de 18,70 ha. | 2.318,23 |
| 6) Área Reservada, com a área de 3,62 ha. | 447,00 |

GLEBA 3 — PARTE C

| | |
|--|------------|
| 1) Lote n.º 14, com a área de 249,8 ha. | 30.967,70 |
| 2) Lotes 20 — 19 — 18 — 24 — 26 — 28 — 34 — 35 e 37, e mais os lotes 21 — 22 — 25 — 27 — 29 — 30 — 31 — 32 e 33, com a área de 3.335,70 ha. — Reservada por ser área de eventual superposição da Fazenda Primavera pertencente à família Hauer | 413.526,72 |
| 3) Lote n.º 16, com a área de 228,6 ha. | 28.339,54 |
| 4) Lote n.º 23, com a área de 69,1 ha. | 8.566,32 |
| 5) Lote n.º 5, com a área de 51,7 ha. | 6.409,24 |
| 6) Lote n.º 13-A, com a área de 24,2 ha. Reservado p/ posseiro | 3.000,07 |
| 7) Lote n.º 15-A com a área de 48,4 ha. Reservado p/ posseiro | 6.000,04 |

| | |
|---|-----------|
| 8) Lote n.º 17, com a área de 55,3 ha. | 6.855,54 |
| 9) Lote n.º 36, com a área de 186,0 ha. | 23.058,42 |
| 10) Lote n.º 38, com a área de 236,3 ha. | 29.294,11 |
| 11) Lote n.º 39, com a área de 165,9 ha. | 20.566,62 |
| 12) Lote n.º 40, com a área de 187,5 ha. | 23.244,37 |
| 13) Lote n.º 41, com a área de 215,4 ha. | 26.703,13 |
| 14) Lote n.º 42, com a área de 186,7 ha. | 23.145,19 |
| 15) Lote n.º 43, com a área de 195,9 ha. | 24.285,72 |
| 16) Lote n.º 44, com a área de 184,4 ha. | 22.860,06 |
| 17) Lote n.º 45, com a área de 169,9 ha. | 21.062,50 |
| 18) Lote n.º 46, com a área de 187,8 ha. | 23.281,56 |
| 19) Lote n.º 47, com a área de 145,1 ha. | 17.988,04 |
| 20) Lote n.º 48, com a área de 243,0 ha. | 30.124,71 |
| 21) Lote n.º 49, com a área de 219,9 ha. | 27.261,00 |
| 22) Lote n.º 50, com a área de 179,5 ha. | 22.252,61 |
| 23) Lote n.º 53, com a área de 221,9 ha. | 27.508,94 |
| 24) Lote n.º 54, com a área de 143,4 ha. | 17.777,29 |
| 25) Lote n.º 8-A, com a área de 27,40 ha. | — |

B — LOTES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

GLEBA 3 — PARTE "A"

| | |
|---|-----------|
| 1) Lote n.º 101, com a área de 22,2 ha. ou 9,17 alqueires. Negociado com José Arruda de Oliveira (prot. 166-71), na base de Cr\$ 300,00 por alqueire. Pagou de entrada Cr\$ 400,00, em 4.10.71, ficando um débito de: Cr\$ | 2.351,00 |
| 2) Lote n.º 103, com 31,4 ha. | |
| Lote n.º 104, com 24,8 ha. | |
| Lote n.º 105, com 26,2 ha. Total: 82,40 ha. | |
| Compromissados com Carlos Marconoski, que deve pagar uma despesa de Hospital do Sr. Silvestre Piola, pago pela Fundação. — Proc. 289-66 | 467,68 |
| 3) Lotes n.ºs. 117 e 119, com áreas de 37,8 ha. e 57,2 ha. Compromissados com Debora Arruda de Oliveira e Josefina Epifanio de Faria, conf. contrato n.º 9-72, de 31.5.72, num total de 30,37 alqueires, na base de Cr\$ 300,00 por alqueire. Preço total Cr\$ 9.000,00. Pagou entrada de Cr\$ 2.250,00, ficando um débito de Cr\$ 6.750,00 ou sejam: | 6.750,00 |
| Cr\$ 2.250,00 em 31.12.72 | |
| Cr\$ 2.250,00 em 31.12.73 | |
| Cr\$ 2.250,00 em 31.12.74 | |
| Saldo Credor da Fundação | |
| OBS.: Esta área pode ser objeto de alteração face a nova medição já realizada. | |
| 4) Lote n.º 2 da Quadra n.º 7 do Núcleo Residencial, com 15 x 45 m. Negociado com Alcendino Arruda (Prot. 170-71) ao preço total de Cr\$ 500,00. Pagou Cr\$ 50,00 em 4.10.71, ficando um saldo de Cr\$ 450,00 para ser pago em prestações semestrais. | 450,00 |
| Saldo Credor da Fundação | |
| 5) Lote n.º 134, com a área de 18,50 ha. ou 7,64 alqueires. Compromissado com a firma Incopagre Ltda., ao preço total de Cr\$ 2.292,00, contrato n.º 4-72, de 29.2.72. Pagou Cr\$ 573,00 de entrada e mais uma prestação de Cr\$ 573,00, restando um débito de: | |
| Cr\$ 573,00 em 30.9.72 | |
| Cr\$ 573,00 em 30.3.73 | |
| Saldo Credor da Fundação | 1.146,00 |
| 6) Lotes n.ºs. 135 e 136, com as áreas de 25,15 ha. e 26,00 ha. negociado com a firma Com. e Indústria Ruyal Ltda. (prot. 158-71) e contrato n.º 5-71. Preço total Cr\$ 6.342,00. Pagou apenas Cr\$ 585,50, ficando um débito de: Cr\$ | 5.756,50 |
| OBS.: As prestações deveriam ser de | |
| Cr\$ 1.585,50 em 28.3.72 | |
| Cr\$ 1.585,50 em 28.9.72 | |
| Cr\$ 1.585,50 em 28.3.73 | |
| Entretanto o interessado deixou um título de Cr\$ 1.000,00 p/ complementar a entrada e não procedeu o pagamento do mesmo. | |
| 7) Lotes n.ºs. 137, 138, 139, 144 e 145, com as áreas de 23,55 ha., 24,07 ha. 24,47 ha., 16,67 ha. e 19,50 ha. num total de 44,73 alqueires, compromissado com Indústria e Comércio de Conservas Graciosa Ltda. — Preço total Cr\$ 13.419,00. Pagou Cr\$ 2.369,00 de entrada, conf. contrato n.º 11-72, ficando um débito de Cr\$ 10.050,00 para pagamento em prestações ou seja: | 10.050,00 |
| Cr\$ 1.675,00 em 5.12.72 | |
| Cr\$ 1.675,00 em 5.6.73 | |
| Cr\$ 1.675,00 em 5.12.73 | |
| Cr\$ 1.675,00 em 5.6.74 | |
| Cr\$ 1.675,00 em 5.12.74 | |
| Cr\$ 1.675,00 em 5.6.75 | |
| Saldo Credor da Fundação | 422,50 |
| 8) Lote n.º 140, com área de 28,50 ha., compromissado com Maria Arruda do Amaral (prot. 349-70) ao preço de Cr\$ 2.591,60. Pagou Cr\$ 112,50, em 22.9.70, ficando um débito de | 2.479,10 |
| 9) Lote n.º 141 com a área de 17,95 ha. compromissado com João Bento Chaves (prot. 348-70) ao preço de Cr\$ 1.630,20. Pagou Cr\$ 250,00, em 22.9.70, ficando um débito de | 1.380,20 |
| 10) Lote n.º 150, com a área de 23,00 ha. com requerimento de Hermes Jacinto Ferreira, com pagamento inicial de Cr\$ 385,00 Saldo Credor da Fundação | 422,50 |
| OBS.: — O requerente não efetuou pagamentos vencidos. | |
| 11) Lote n.º 151, com a área de 22,70 ha. Compromissado com Realino Domingos (prot. 350-72). Preço de Cr\$ 2.063,60. Pagou Cr\$ 500,00 por conta, em 22.9.70, ficando um débito de mais ou menos | 1.563,60 |
| 12) Lotes n.ºs 156 e 157, com as áreas de 19,75 ha. e 22,50 ha. Compromissado com Adamastor Ferreira. Preço Cr\$ 1.484,10 OBS.: — Pagamento à Sul-Brás Cr\$ 260,00. | 1.224,10 |
| Saldo Credor da Fundação | |
| 13) Lotes n.ºs 161, 162 e 165, com as áreas de 23,36 ha., 19,80 ha. e 21,25 ha., compromissados com a firma Diana Paolucci S.A. Indústria e Comércio, conf. contrato n.º 4-71, de | |

| | |
|--|----------|
| 29.10.71. Preço total Cr\$ 7.971,00. Pagou Cr\$ 1.971,00 de entrada, ficando um débito de: | |
| Cr\$ 1.500,00 em 30.12.71 | |
| Cr\$ 1.500,00 em 30. 6.72 | |
| Cr\$ 1.500,00 em 30.12.72 | |
| Cr\$ 1.500,00 em 30 6.73 | |
| Saldo Credor da Fundação | 6.000,00 |
| 14) Lotes N.os 163 e 164, com as áreas de 34,65 ha. e 32,20 ha. compromissados com Livinio Ferreira. Preço total Cr\$ 2.347,70. c/pagamento inicial à Sul-Brás, conf. consta do distrato Social — Cr\$ 500,00. | |
| Saldo Credor da Fundação | 1.847,70 |
| OBS.: — O compromitente comprador não efetuou pagamentos já vencidos | |

T O T A L 1.021.490,41

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS NA PARTE B

- 1) Lotes N.os 142, 133 e 134-B, com as áreas de 22,15 ha. 23,45 ha. e 5,11 ha. Compromissados com José Sestreen, conf. contrato N.o 32-72 de 1.8.72.
- 2) Lote N.o 143, com a área de 28,25 ha. compromissado com Indústria e Comércio de Palmitos, Agricultura e Reflorestamento (INCOPAGRE), conf. contrato N.o 8-72, de 22.5.72
- 3) Lotes N.os 154 e 155, com as áreas de 31,40 ha. e 15,75 ha. compromissados com Aristides Ferreira, conf. contrato N.o 1-70 de 5.6.70.
- 4) Lotes N.os 159 e 160, com as áreas de 32,70 ha. e 31,05 ha. Compromissados com Diana Paolucci Exportadora Ltda. conforme contrato N.o 2-70 de 15.10.70
- 5) Lotes N.os 142A e 146, com a área total de 48,40 ha. ou 20,00 alqueires. Compromissados com José Carlos Pereira, conforme contrato N.o 66-72 de 24.10.72.

NA PARTE C

- 6) Lote N.o 12, com a área de 179 ha. compromissado com Arthur Padilha conforme contrato N.o 10-72, de 25.5.72
- 7) Lotes N.os 13, 15 e 17A, com as áreas de 207 ha. 199,9 ha. e 131,6 ha. compromissados com Arthur Padilha, conforme contrato N.o 38-72.

GLEBA 1

A — ÁREAS NÃO ALIENADAS

Área remanescente da Gleba 1, deve ser estimada após a verificação total no terreno. Sua área é de 16.645,8115 ha. ou 6.878,34 alqueires. Temos conhecimento que a Fundação vem respeitando uma área de 1.000 alqueires do imóvel São João cuja escritura de divisão aponta uma área impossível ou seja de 970.00,00 ha. Assim mesmo na Gleba 1. podemos estimar o remanescente em 5.000 alqueires — Valor Cr\$ 1.500.000,00

B — LOTES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

- 1) Lote com 129,34 alqueires ou 313 ha. Compromissado com Vandir dos Santos, conforme contrato N.o 36-72 de 18.9.72 Preço total de Cr\$ 19.400,00. Pagou de entrada Cr\$ 2.400,00, ficando um débito de Cr\$ 17.000,00 para ser pago em 8 prestações ou seja:
Cr\$ 2.000,00 em 18.3.73
Cr\$ 2.000,00 em 18.9.73
Cr\$ 2.000,00 em 18.3.74
Cr\$ 2.000,00 em 18.9.74
Cr\$ 2.000,00 em 18.3.75
Cr\$ 2.000,00 em 18.9.75
Cr\$ 2.000,00 em 18.3.76
Cr\$ 3.000,00 em 18.9.76
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 17.000,00
- 2) Lote com 165 alqueires, compromissado com Wilson Marques, José Marques e Rubens Rodrigo Marques, conforme contrato N.o 19-72, de 30.6.72. Preço total Cr\$ 62.500,00. Pagou Cr\$ 10.000,00 de entrada, ficando um débito de Cr\$ 52.500,00 para pagamento em prestações ou seja:
Cr\$ 12.500,00 em 1.7.73
Cr\$ 12.500,00 em 1.7.74
Cr\$ 12.500,00 em 1.7.75
Cr\$ 12.500,00 em 1.7.76
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 52.500,00

T O T A L Cr\$ 1.569.500,00

— GLEBA 2

A — ÁREAS NÃO ALIENADAS

Área da Gleba 2 — 16.036,9429 ha. ou 6.626,835 alqueires. Remanescente da Gleba, ressalvado direitos de terceiros, estimado em 2.300,00 alqueires ou 5.566,00 ha. 690.000,00

B — LOTES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

- 1) Lote com 30 alqueires ou 72,60 ha. negociado com Manoel Souza Lima, na base de Cr\$ 400,00 o alqueire. Preço total Cr\$ 12.000,00. Pagou Cr\$ 2.000,00 por conta, ficando um débito de Cr\$ 10.000,00 para ser pago, conf. (contrato N.o 39-72), em 4 prestações de:
Cr\$ 2.500,00 em 12.10.73
Cr\$ 2.500,00 em 12.10.74
Cr\$ 2.500,00 em 12.10.75
Cr\$ 2.500,00 em 12.10.76
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 10.000,00
- T O T A L Cr\$ 700.000,00

IMÓVEIS — COLÔNIA "F" — ORTIGUEIRA

IMÓVEIS COLÔNIA "F" — ORTIGUEIRA

Escritura de Transferência, feita pelo Estado do Paraná à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, às fls. 31 do Livro n.o 36 do 6.o Tabelião de Notas da Capital. Transcrição n.o 6.639 do Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul — Paraná
Transcrição n.o 6.245 do Registro de Imóveis de Londrina — Paraná

A — LOTES NÃO ALIENADOS

- 1) Lote N.o 11-B, com a área de 35,50 ha. ou 14,67 alqueires — Valor Cr\$ 1.189,60
OBS.: — Consta requerimento de Manoel A. Rodrigues (prot. 725-59) como possessor.
- 2) Lote N.o 12, com a área de 19,36 ha. ou 8,00 alqueires. Valor Cr\$ 640,00
OBS.: — Consta requerimento N.o 943-57, do possessor Sezimundo Soares da Silva.
- 3) Lote N.o 16, com a área de 24,49 ha. ou 10,12 alqueires. Valor Cr\$ 890,60
OBS.: Consta requerimento do possessor Aramis Miranda, protocolado sob n.o 159-61
- 4) Lote N.o 21-A, com a área de 6,55 ha. ou 2,71 alqueires. Valor — Cr\$ 216,80
OBS.: — Reservado para o possessor Vergilio Machado (Prot. 832-57)
- 5) Lote N.o 22-D, com a área de 2,42 ha. ou 1,07 alqueires Valor Cr\$ 85,60
OBS.: — Reservado para o possessor Juvenal Lino da Silva (Prot. 32-68).
- 6) Lote N.o 22-C, com a área de 4,40 ha. ou 1,82 alqueires. Valor Cr\$ 145,60
OBS.: — Reservado para o possessor Manoel Borges — (Prot. 12-68).
- 7) Lote N.o 22, com a área de 41,14 ha. ou 17 alqueires Valor Cr\$ 1.360,00
OBS.: — Reservado para o possessor Thiago Correia Camargo. (Prot. 1.553-58).
- 8) Lote N.o 59, com a área de 12,10 ha. ou 5,00 alqueires. Valor Cr\$ 400,00
OBS.: — Reservado para o possessor Vitor Lopes. (Prot. n.o 1.039-57).
- 9) Lote N.o 60-D, com a área de 4,84 ha. ou 2,00 alqueires. Valor Cr\$ 160,00
OBS.: — Reservado para o possessor José Maria dos Santos (Prot. 1.068-57).
- 10) Lote N.o 60-E, com a área de 4,84 ha. ou 2,00 alqueires. Valor Cr\$ 160,00
OBS.: — Reservado para o possessor Eurides Mendes de Assis (Prot. 1.069-57)
- 11) Lote N.o 57-B, com a área de 40,00 ha. ou 16,53 alqueires Valor Cr\$ 1.322,40
OBS.: — Reservado para acerto com posseiros (prot. 294-62) Pendente de medição.
- 12) Lote N.o 73-A, com a área de 24,46 ha. ou 10,11 alqueires. Valor Cr\$ 808,80
OBS.: — Reservado para o possessor Francisco Antonio Machado. (Prot. 964-57).
- 13) Lote N.o 75-E, com a área de 12,88 ha. ou 5,30 alqueires. Valor Cr\$ 424,00
OBS.: — Reservado para o possessor Joaquim Correia. (Prot. 1.046-57).
- 14) Lote N.o 77, com a área de 19,36 ha. ou 8,00 alqueires. Valor Cr\$ 640,00
OBS.: — Reservado para o possessor Ema Baggio Werneck (Prot. 959-57).

B — LOTES COMPROMISSADOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

- 1) Lote N.o 69-A, com a área de 36,30 ha. ou 15 alqueires. Negociado ao preço de Cr\$ 0,75 o alqueire com Antonio Assis dos Santos (prot. 961-57). Pagou entrada de 25% (Cr\$ 2.812,50 (antigo), ficando um débito de Cr\$ 8,43
Preço total (Cr\$ 11,250).
- 2) Lote N.o 17-C, com a área de 18,15 ha. ou 7,50 alqueires, com Izaltino Alves de Almeida, conforme (Prot. 1.524-58) — Preço total Cr\$ 5.620. Pagou entrada de Cr\$ 1,875, ficando um débito de Cr\$ 3,75

T O T A L Cr\$ 8.455,58

C — LOTES QUITADOS NESTA COLÔNIA

- 1) Lote N.o 3-B, com a área de 3,60 ha. ou 1,49 alqueires. Vendido a Florisa Pinto de Farias (prot. 1.034-61).
- 2) Lote N.o 9-L, com a área de 34,75 ha. ou 14,36 alqueires. Vendido para Paulo Siqueira (prot. 404-63).
- 3) Lote N.o 9-C, com a área de 20,90 ha. ou 8,64 alqueires. Vendido para Benedito Franco da Silva (prot. 37-63).
- 4) Lote N.o 11-E, com a área de 12,10 ha. ou 5 alqueires. Vendido para Otavio Domingos Machado (prot. 997-57).
- 5) Lote N.o 11-H, com a área de 7,30 ha. ou 3,02 alqueires. Vendido a Joaquim Marcelino Mesidio (prot. 1.004-57).
- 6) Lote N.o 12-S, com a área de 12,88 ha. ou 5,30 alqueires. Vendido a José Felipe (prot. 662-61).
- 7) Lote N.o 12-C, com a área de 0,99 ha. ou 0,41 alqueires. Vendido para Maria Eulalia de Souza (prot. 468-61).
- 8) Lote N.o 33-C, com a área de 54,25 ha. ou 22,42 alqueires. Vendido a José Xavier de Oliveira (prot. 549-59 e 1.065-61)

- 9) Lote N.º 39-A, com a área de 28,79 ha. ou 11,90 alqueires. Vendido para Cristino dos Santos (prot. 221-63).
- 10) Lote N.º 50-B com a área de 65,34 ha. ou 27 alqueires. Vendido para Waldemiro Parka (prot. 990-57).
- 11) Lote N.º 50-C, com a área de 50,82 ha. ou 21 alqueires. Vendido para José Parka. (Prot. 991-57).
- 12) Lote n.º 51, com a área de 73 71 ha. ou 30,46 alqueires. Vendido para Olindo Rodrigues Biscaia (prot. 187-64).
- 13) Lote N.º 58-A, com a área de 22,70 ha. ou 9,42 alqueires. Vendido para Manoel Biscaia (prot. 93-63).
- 14) Lote N.º 59, com a área de 4,84 ha. ou 2 alqueires. Vendido para Raul Lopes Pereira (prot. 1.517-58).
- 15) Lote N.º 60-B, com a área de 23,69 ha. ou 9 79 alqueires. Vendido para Maria Gonçalves da Cruz (prot. 0168-62).
- 16) Lote N.º 60-F, com a área de 38,50 ha. ou 15,91 alqueires. Vendido para Athaides Nunes de Oliveira (prot. 1.065-57).
- 17) Lote N.º 67-B, com a área de 4,88 ha. ou 2,02 alqueires. Vendido para Manoel Lourenço (prot. 1.040-57).
- 18) Lote N.º 75-G, com a área de 21 78 ha. ou 9 alqueires. Vendido para Maria Inácia Alves de Camargo (prot. 475-69).
- 19) Lote N.º 75-F, com a área de 12,10 ha. ou 5 alqueires, vendido para José Silvestre do Rosário, conforme contrato quitado N.º 31-72.
- 20) Lote N.º 76-F, com a área de 24,20 ha. ou 10 alqueires. Vendido para Antonio Silvestre (prot. 216-65).
- 21) Lote N.º 76-E, com a área de 38 72 ha. ou 16 alqueires. Vendido para Francisco Corcira Machado (prot. 216-65).
- 22) Lote N.º 76-D, com a área de 36,30 ha. ou 15 alqueires. Vendido para Alfredo Roberto (prot. 216-65).
- 23) Lote n.º 76-B, com a área de 145,20 ha. ou 60 alqueires. Vendido para Manoel Alves Carneiro (prot. 216-65).
- 24) Lote N.º 76-G, com a área de 12,10 ha. ou 5 alqueires. Vendido para Pedro Amadeu Dobre (prot. 216-65).
- 25) Lote N.º 76-I, com a área de 30 25 ha. ou 12,50 alqueires. Vendido para João Lauber (prot. 216-65).
- 26) Lote N.º 78-L, com a área de 29,30 ha. ou 2,11 alqueires. Vendido a Dario Lopes dos Santos (prot. 730-59).
- 27) Lote N.º 78-J, com a área de 21,99 ha. ou 9,09 alqueires. Vendido a Deolindo Conceição (prot. 222-63).
- 28) Lote N.º 45-E, com a área de 17,42 ha. ou 7,20 alqueires. Vendido a Antonio Ferreira (prot. 184-72).
- 29) Lote N.º 53 (parte), com a área de 12,10 ha. ou 5,00 alqueires. Vendido a Plácido Bueno dos Santos. (Prot. 399-63).
- 30) Lote N.º 53 (parte), com a área de 4,84 ha. ou 2,00 alqueires. Vendido a Antonio Vidal prot. 398-63.

IMÓVEIS

COLÔNIA "G" — APUCARANINHA

Escritura Pública de Transferência feita pelo Estado do Paraná à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, às fls. 31 do Livro 36 do 6.º Tabelião de Notas da Capital. Transcrição feita sob n.º 6.245, do Livro 3-G do Registro de Imóveis de Londrina — Paraná.
Transcrição feita sob N.º 6.245, do Livro 3-J do Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul Paraná.

A — LOTES NÃO ALIENADOS

- 1) Lote N.º 435, da Gleba 2, com a área de 10,58 alqueires ou 25,60 ha. Req. em nome de Francisco Cordeiro. (prot. 165-55, 1.027-61 e 288-65).
Valor Cr\$ 2.327,00
OBS.: — Conforme Processo N.º 663-60, foi outorgado a Gaspar Cramar, procuração sobre esse lote, constando que o sr. Gaspar Cramar é falecido.

T O T A L Cr\$ 2.327,00

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS

- 1) Gleba 1 — Lote N.º 111, com a área de 46,86 alqueires ou 113,40 ha. Compromissado com José Elias Gabriel, conf. contrato N.º 14-57, tendo este, por procuração transferido seus direitos para Bertoldo Durães e este por sua vez transferiu para diversos.
- 2) Gleba 1 — Igreja — Lote N.º 11, com 0,5684 alqueires ou 1,37 ha. Expedida minuta de escritura em 15.4.63, em nome de Laurindo Cordeiro dos Santos, conf. Prot. 116-63.
- 3) Gleba 1 — Igreja — Lote N.º 12, com 0,5219 alqueires ou 1,26 ha. Expedida minuta de escritura em nome de Abraão Nora e Moacyr Iglesias.
- 4) Gleba 1 — Igreja — Lote N.º 21, com 1 1832 alqueires ou 2,87 ha. Expedida minuta de escritura em 16.11.60, em nome de Emidio Lopes, conforme Prot. 1.546-60.
- 5) Gleba 1 — Igreja — Lote N.º 26, com 0,5167 alqueires ou 1,25 ha. Expedida minuta de escritura em 16.11.60, em nome de Maurílio Lopes dos Santos. Prot. 1.546-60.
- 6) Gleba 1 — Igreja — Lote N.º 27, com 0,6407 alqueires ou 1,55 ha. Expedida minuta de escritura em 16.11.60, em nome de Julio Lopes dos Santos. Prot. 1.546-60.
- 7) Gleba 3 — Lote n.º 503, com 9,96 alqueires ou 24,10 ha. Compromissado a Arlindo Batista de Carvalho, conf. Proc. 712-58. Transf. direitos conf. Proc. 658-60, a José Francisco da Silva a quem foi expedida minuta de escritura, em 17.5.60 a qual foi devolvida por não ter sido usada para os devidos fins.

IMÓVEIS

COLÔNIA "H" — TAGAÇABA

Transcrição: N.º 9.742, fls. 242, Livro 3-I, Registro de Imóveis de Paranaguá.

A — LOTES NÃO ALIENADOS

- 1) Lote 1-D — Com a área de 0,50 alqueires ou 1,21 ha. Reservado ao possessor Angelica Cordeiro, prot. 578-57. — Valor

- | | |
|---|----------|
| Cr\$ | 50,00 |
| 2) Lote 1-F — Com a área de 3 alqueires ou 7,26 ha. Há requerimento do possessor Domingos Gomes, prot. 755-57 | |
| Valor Cr\$ | 300,00 |
| 3) Lote 1-G — Com a área de 3 alqueires ou 7,26 ha. Há requerimento do possessor Antonio Gomes, prot. 754-57 — | |
| Valor Cr\$ | 300,00 |
| 4) Lote 4-C — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. Há requerimento do possessor Lido Alves, prot. 42-70. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 5) Lote 4-D — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. Há requerimento do possessor Emilio Alves, prot. 5370 Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 6) Lote 4-E — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. Há requerimento do possessor Arcenio Alves, prot. 473-67 Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 7) Lote 4 — Com a área de 0,37 alqueires ou 0,90 ha. Reserva- | |
| do para Igreja Proc. 578-57. Valor Cr\$ | 37 00 |
| 8) Lote 4 — Saldo do lote — Área de 3,77 alqueires ou 9,12 ha. Valor Cr\$ | 377 00 |
| 9) Lote 5 — Reservado 10 alqueires ou 24,20 ha. para o possessor Manoel Rocha — Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 10) Lote 5 — Reservado 2 alqueires ou 4,84 ha. para o possessor Jorge Garcia, prot. 51-70. (Adquirido do possessor Alcides Eu- | |
| lampsio) — Valor Cr\$ | 200,00 |
| 11) Lote 5 — Reservado 2 alqueires ou 4,84 ha. para o possessor Arsenio Miranda. — Req. prot. 182-70. (Adquirido do possessor João Gomes). — Valor Cr\$ | 200,00 |
| 12) Lote 6-C — Reservado 4 alqueires ou 9,68 ha. para o possessor Leodonio da Silva. Consta requerimento prot. n.º 578-57. Valor Cr\$ | 300 00 |
| 13) Lote 6-F — Reservado 5 alqueires ou 12,10 ha. Para o possessor Cristovão dos Santos. Prot. 54-70 e 288-67 Valor Cr\$ | 500,00 |
| 14) Lote 6-G — Reservado 5 alqueires ou 12,10 ha. para o possessor Sezinando Rocha. Prot. 41-70. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 15) Lote 8 — Reservado 10 alqueires ou 24,20 ha. para o possessor Antonio Honorato. Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 16) Lote 8 — Reservado 5 alqueires ou 12,10 ha. para o possessor Dulcilio Henrique. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 17) Lote 8 — Reservado 5 alqueires ou 12 10 ha. para o possessor Antonio Narciso Henrique. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 18) Lote 8 — Reservado 5 alqueires ou 12,10 ha. ao possessor Urias João Pires. — Prot. 50-70 Valor Cr\$ | 500,00 |
| 19) Lote 8 — Reservado 10 alqueires ou 24,20 ha. ao possessor Levino Peres, prot. 504.67 Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 20) Lote 9 — Reservado 10 alqueires ou 24,20 ha. ao possessor Urbano Rodrigues de Lima, prot. 44-70. Valor Cr\$.. | 1.000,00 |
| 21) Lote 10-B — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado para o possessor Alberico Theodoro do Carmo. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 22) Lote 10-D — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Reservado ao possessor José Celestino. Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 23) Lote 18 — Com a área de 15 alqueires ou 36,30 ha. — Reservado ao possessor Roberto do Carmo. — Prot. 283-70 Valor Cr\$ | 1.500,00 |
| 24) Lote 26-A — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Reservado para o possessor Francisca Ferreira. — Prot. 287-67. — Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 25) Lote 26-B — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado para o possessor Antonio João Filho. Prot. 46-70. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 26) Lote 27 — Parte com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. Reservado ao possessor Virgilio Ferreira. — Prot. 1.494-57. Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 27) Lote 27 — Parte com a área de 5 alqueires ou 12 10 ha. Reservado ao possessor Raymundo Henrique. — Prot. 49-70. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 28) Parte do lote 27 — Com a área de 3 alqueires ou 7,26 ha. — Reservado ao possessor Antonio do Rosário. Valor Cr\$ | 300,00 |
| 29) Parte do lote 27 — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor Pedro Gonçalves da Silva que transferiu a posse ao Sr. Alfredo Redede. — Pagou por conta Cr\$ 1,00, em 16.7.57. — Proc. 1.963-60. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 30) Parte do lote 27, com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha., reservado ao possessor Alfredo Gonçalves que transferiu a posse ao Sr. Alfredo Rededer. Pagou por conta Cr\$ 1,00, em 22.4.58. — Proc. 1.963.60. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 31) Parte do lote 27, com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. reservado ao possessor José Cardoso Gomes que transferiu seus direitos ao Sr. Alfredo Redede. — Prot. 1.963-60. Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 32) Parte do lote 27, com a área de 2 alqueires, reservado ao possessor Luiz Henrique. (ou 4,84 ha.). Valor Cr\$ | 200,00 |
| 33) Saldo do lote 27 com a área de 4,44 alqueires ou 10,74 ha. | 444,00 |
| 34) Lote 34-A — Com a área de 20 alqueires ou 48,40 ha. — Reservado ao possessor Balduino Pinto que transferiu seus direitos ao Sr. Alfredo Rededer. — Proc. 489-69. Valor Cr\$ | 2.000,00 |
| 35) Lote 34-B — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor Maria Cardoso que transferiu seus direitos ao Sr. Alfredo Rededer, e também ao Sr. João Cardoso Gomes conf. proc. 489-69. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 36) Lote 34-C — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor Antonio Gomes Cardoso. — Prot. 45-70. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 37) Lote 34-D — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor João Garcias. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 38) Lote 35-A — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Reservado ao possessor Ortezio Alves, conf. prot. 117-68 — Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 39) Lote 35-B — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor Domingos Alves, conf. prot. 115-58. — Valor Cr\$ | 500,00 |
| 40) Lote 36-B — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Reservado para o possessor Maximo Batista, conf. prot. 116-58. Valor Cr\$ | 1.000,00 |

| | |
|---|----------|
| 41) Lote 36-A — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor Domingos Alves, conf. prot. 115-58. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 42) Lote 37-A — Com a área de 3,80 alqueires ou 9,20 ha. — Reservado ao possessor Domingos Candido. Valor Cr\$ | 580,00 |
| 42) Lote 37-B — Com a área de 4 alqueires ou 9,68 ha. — Reservado ao possessor Antonio Arnaldo Filho, conf. Prot. 48-70. — Valor Cr\$ | 400,00 |
| 44) Lote 38-A — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Reservado ao possessor Antonio Arnaldo. Valor Cr\$ | 500,00 |
| 45) Lote 38 — Área reservada de 20 alqueires ou 48,40 ha. ao possessor Lucio Alves. Valor Cr\$ | 2.000,00 |
| 46) Lote 38 — Área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Reservada ao possessor Lourival Garcia dos Santos. Valor Cr\$ | 1.000,00 |
| 47) Lote 38 — Saldo do Lote — 6,13 alqueires ou 14,83 ha. Valor Cr\$ | 613,00 |
| 48) Lote 44 — Uma área de 15 alqueires ou 36,30 ha. — Reservado ao possessor Agripino Alexandre Gomes. Valor Cr\$ | 1.500,00 |
| 49) Lote n.º 44 — Saldo do Lote — 33,31 alqueires ou 86,61 ha. Valor Cr\$ | 3.331,00 |

B — LOTES DE LIQUIDAÇÃO

| | |
|--|--------|
| 1) Lote n.º 1—A Com a área de 6,00 alqueires ou 14,52 ha. — Compromissado com Izael Moreira dos Santos. — Prot. 21-61. — Pagou Cr\$ 1,20, correspondente a 20% do valor de 600 naquela data (2.12.54). Saldo devedor — Cr\$ | 4,80 |
| 2) Lote n.º 1—C — Com a área de 2,41 alqueires ou 5,83 ha. compromissado com João Gomes (prot. 756-57). Pagou Cr\$ 0,48 da 1.ª prestação em 7.8.58, ficando um saldo a pagar em quatro prestações iguais de Cr\$ 0,48 vencíveis em 24.7.59 24.7.60, 24.7.61 e 24.7.62, num total de: Cr\$ | 1,92 |
| 3) Lote n.º 1—E — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Compromissado com Euclides Gomes (prot. 753-57). — Pagou Cr\$ 1,00 ref. a 1.ª prest. em 7.8.58, ficando o saldo para pagar em quatro prestações iguais de Cr\$ 1,00 vencíveis em 24.7.59; 24.7.60; 24.7.61 e 24.7.62 num total de: Cr\$ | 4,00 |
| 4) Lote n.º 5—A — Com a área de 9 alqueires ou 21,78 ha. — Compromissado com Ireno dos Santos (prot. 745-57). — Pagou apenas Cr\$ 1,00, em 9.9.58 ficando um débito de: Cr\$ | 8,60 |
| 5) Lote n.º 5 — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Compromissado com Januário Rocha (prot. 443-65). Negociado por Cr\$ 500,00. Pagou Cr\$ 50,00 em 21.10.69. — Resta pagar: Cr\$ | 450,00 |
| 6) Lote n.º 6—A — Com 1 alqueire ou 2,42 ha. — Está compromissado com Ireno dos Santos (prot. 745-57) que pagou apenas Cr\$ 1,00 por conta deste lote e de mais 9 alqueires do lote 5.A apresentando um débito de: Cr\$ | 9,00 |
| 7) Lote n.º 9 — Com a área de 20 alqueires ou 48,40 ha. — Compromissado com Jonas do Carmo (prot. 1.493-57). — Na base de 30,00 o alqueire, pagou apenas Cr\$ 20,00 por conta em 8.6.67 ficando um débito de: Cr\$ | 520,00 |
| 8) Lote n.º 31 — Com a área de 67,11 alqueires ou 162,40 ha. — Compromissado com o Sr. Laerte Neisheimer, conf. contrato n.º 50-57, de 25.10.57. Só pagou a entrada. OBS: — Há superposição com o Lote de propriedade do Sr. Alfredo Redede. | |

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS:

| | |
|--|--|
| 1) Lote n.º 4-B — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Compromissado com Alexandre Gomes. — Proc. 748-57. | |
| 2) Lote n.º 23-B — Com a área de 5 alqueires ou 12,10 ha. — Compromissado com Anibal do Morro ou João Anibal. Proc. 43-70. | |
| 3) Lote n.º 27 — Parte de 8 alqueires ou 19,56 ha. — Compromissado com Rita dos Santos conf. contrato n.º 1-72 de 14.1.72. | |
| 4) Lote n.º 4 — Com a área de 29,6 hectares ou 12,25 alqueires, compromissado com o Sr. Arwido Schause conf. contrato n.º 7-72 de 10.5.72. | |
| 5) Lote n.º 10—C — Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. — Compromissado com Pedro Rosa, conf. contrato n.º 12-72, de 7.6.72. | |
| 6) Lote n.º 5 — Parte Com a área de 10 alqueires ou 24,20 ha. Compromissado a Ramiro Gomes Rocha e Outros, conf. contrato n.º 67-72. | |
| 7) Lote n.º 6-D — Reservado 5 alqueires ou 12,10 ha. para o possessor Antonio Recba, prot. 52-70. | |
| 8) Lote n.º 6-E — Reservado 5 alqueires ou 12,10 ha. para o possessor Ulisses Henrique. | |

IMÓVEIS — COLONIA "M" — SÃO JOÃO E ESPERANÇA**A — LOTES NÃO ALIENADOS.**

| | |
|--|--|
| GLEBA — 1. | |
| 1) Lote n.º 28-B com 0,41 alqueires: Reservado para o Cemitério. — Proc. 1.674-57. | |
| 2) Lote n.º 62-B com 0,24 alqueires: Reservado para a Igreja. Proc. 1.674-57. | |
| GLEBA — 4. | |
| 3) Lote n.º 14-B com 0,20 alqueires: Reservado para a Escola. Proc. 1.674-57. | |
| 4) Lote n.º 24-B com 0,50 alqueires: Reservado para Igreja e Cemitério. — Proc. 1.674-57. | |
| 5) Lote n.º 21-B com 5,00 alqueires — Este lote não foi pago e nem requerido pelo possessor Francisco Kautche, conforme Relatório n.º 1.674-57 | |
| 6) Lote n.º 27-C com 0,21 alqueires: Reservado para a Escola. Proc. 7.674-57. | |

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS:

| | |
|--|--|
| GLEBA — 4 | |
| 7) Lote n.º 45 com 6,00 alqueires — Edwirges Rocha, em 4.5.65 conf. Proc. 893-61. | |
| 8) Lote n.º 45 com 6,00 alqueires — Nair Loures da Rocha — em 4.5.65 conf. Proc. 893-61. | |
| 9) Lote n.º 45 com 6,00 alqueires — Maria Rocha de Castro em 4.5.65 conf. Proc. 893-61. | |

| | |
|--|--|
| 10) Lote n.º 41-A com 5,97 alqueires — Felipe Petrokoski — em 20.6.67 conf. Proc. 892-61. | |
| 11) Lote n.º 45-F com 15,70 alqueires — Contrato Quitado n.º 47-72, em nome de Anastácio Szumowski. GLEBA — 5 | |
| 12) Lote n.º 101 com 2,31 alqueires — Contrato de Compromisso de Compra e Venda n.º 186-58 em nome de Rafael Mulke (Pago integralmente). | |

IMÓVEIS — COLONIA "N" — TAQUARI CORVO

Escritura Pública de Compra e Venda lavrada às fls. 116v. do Livro 117 do 6.º Tabelião de Notas da Capital — Paraná.
Escritura Pública de Compra e Venda lavrada às fls. 21v. do Livro 124 do 6.º Tabelião de Notas da Capital — Paraná.
Transcrição: Registrada sob n.º 37.762 do Livro 3-A-12 do Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição da Capital.
Registrada sob n.º 37.761 do Livro 3-A-12 do Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição da Capital.

B — LOTES PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

| | |
|--|-------|
| 1) Lote n.º 64 — Com a área de 5,8264 alqueires ou 14,10 ha. Compromissado com Julio Plank Bittencourt (contrato n.º 83-60) de 14.3.60, consta um débito de Cr\$ | 78,65 |
| OBS: O Sr. Pedro Muniz efetuou um pagamento para venda de 3 alqueires neste lote. — Prot. 409-63. | |
| 2) Lote n.º 63 — Com a área de 6,5702 alqueires ou 15,9 ha. Compromissado com Nilo Bizzo Maia, conf. contrato n.º 40-60 de 14.3.60. Consta um débito de: Cr\$ | 88,69 |
| 3) Lote n.º 52 — Com a área de 4,8553 alqueires ou 11,75 ha. Compromissado com Carlos Bonifly conf. contrato n.º 101-60 de 14.3.60. Consta um débito de: Cr\$ | 32,00 |
| 4) Lote n.º 53-B — Com a área de 2,1652 alqueires ou 5,23 ha. Compromissado com Miguel Guilau Faria conf. contrato n.º 108-60, de 12.3.60. Consta um débito de: Cr\$ | 31,00 |

C — LOTES QUITADOS NÃO ESCRITURADOS

| | |
|--|--|
| 1) Lote n.º 5 — Com a área de 1,8182 alqueires ou 4,00 ha. Compromissado com Roberto Caetano do Amaral, conf. contrato n.º 95-60 de 14.3.60. | |
| 2) Lote n.º 6 — Com a área de 4,1322 alqueires ou 10,0 ha. Compromissado com Leonel David Santos Amaral conf. contrato n.º 42-60 de 8.3.60. | |
| 3) Lote n.º 20 — Com a área de 2,3140 alqueires ou 5,60 ha. Compromissado com Maria de Lourdes Motter conf. contrato N.º 104-60, de 12.3.60. | |
| 4) Lote n.º 25 — Com a área de 1,9421 alqueires ou 4,70 ha. Compromissado com Max Sesselmeier Aichner conf. contrato n.º 92-62 de 4.12.62. | |
| 5) Lote n.º 26 — Com a área de 4,5454 alqueires ou 11,0 ha. Compromissado com Ary Dias Garcia, conf. contrato n.º 124-60 de 22.8.60. | |
| 6) Lote n.º 27 — Com a área de 11,8372 alqueires ou 28,62 ha. Compromissado com João Zanetti e Outros, conf. contrato N.º 32-61 de 13.10.61. | |
| 7) Lote n.º 38-A — Com a área de 3,4711 alqueires ou 8,40 ha. Compromissado com Osiris de Brito, conf. contrato n.º 89-60, de 14.3.60. | |
| 8) Lote n.º 42 — Com a área de 2,9752 alqueires ou 7,20 ha. Compromissado com Aloisio Blasi, conf. contrato n.º 106-60 de 10.3.60. | |
| 9) Lote n.º 43 — Com a área de 2,2727 alqueires ou 5,50 ha. Compromissado com Leopoldo Angelo Schmidt conf. contrato n.º 62-60, de 9.3.60. | |
| 10) Lote n.º 54 — Com a área de 6,3223 alqueires ou 15,30 ha. Compromissado com Miguel Wilson Hoffmann, conf. contrato n.º 67-60 de 8.3.60. | |

IMÓVEIS — COLONIA "O" — POÇO BONITO

Escritura de Compra e Venda lavrada às fls. 54 do Livro 70 do 2.º Tabelião de Notas de Campo Largo Estado do Paraná.
Escritura de Compra e Venda lavrada às fls. 106 do Livro 70 do 2.º Tabelião de Notas de Campo Largo — Estado do Paraná.
Transcrição sob n.º 19.340, às fls. 293 do Livro 3-Q do Registro de Imóveis de Campo Largo.
Transcrição sob n.º 21.923, às fls. 293 do Livro 3-S do Registro de Imóveis de Campo Largo.

B — IMÓVEIS COMPROMISSADOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

| | |
|--|----------|
| 1) Glebas 1 e 4, com a área de 378,47 has. ou 156,39 alqueires compromissado com José Caramuru Filho conforme contrato n.º 1-71, de 23.8.71 ao preço total de Cr\$ 6.255,00. Pagou entrada de Cr\$ 1.251,00 e mais uma prestação de Cr\$ 1.251,00. Falta pagar: Cr\$ 1.251,00 em 23.8.73 Cr\$ 1.251,00 em 23.8.74 Cr\$ 1.251,00 em 23.8.75 Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 3.753,00 |
| 2) Gleba 3 — Lote n.º 2 com a área de 5,23 alqueires ou 12,65 ha.; N.º 3, com a área de 7,97 alqueires ou 19,28 ha. e n.º 4 com a área de 7,21 alqueires ou 17,44 ha. compromissado com Santino Martaca dos Santos, conf. contrato n.º 2-71, de 23.10.71, vendido ao preço total de Cr\$ 2.041,00. Pagou Cr\$ 541,00 de entrada e mais uma prestação de Cr\$ 500,00. Resta pagar: Cr\$ 500,00 em 23.8.73 Cr\$ 500,00 em 23.8.74 Saldo Credor da Fundação Cr\$ | 1.000,00 |
| 3) Gleba 5, com a área de 133,30 has. ou 55,08 alqueires compromissado com José Caramuru Filho conforme contrato n.º | |

17-72 de 16.6.72, ao preço total de Cr\$ 4.400.00. Pagou Cr\$ 1.100.00 de entrada ficando um débito de:
Cr\$ 1.100.00 em 2.6.73
Cr\$ 1.100.00 em 2.6.74
Cr\$ 1.100.00 em 2.6.75.
Saldo Credor da Fundação Cr\$ 3.300,00

TOTAL 8.053,00

C — IMÓVEL QUITADO NÃO ESCRITURADO

- 1) Gleba 2, com 242.77 has. comprorissada com a firma Flores-tas Brasileiras Ltda. conforme escrit. púb. de Compromisso de Compra e Venda, lavrada no livro de Notas n.º 377-N fls. 144v. no 7.º Tabelionato desta Capital em 24.10.66 (Prot. 222-70).

OBS: Foi expedida minuta de escritura definitiva porém até esta data não se concretizou

IMÓVEIS — RESERVA INDÍGENA — RIO DAS COBRAS

Área da antiga reserva indígena situada no lugar denominado Rio das Cobras, no Município de Laranjeira do Sul, transferida pelo Estado do Paraná à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, conforme Escritura Pública lavrada às fls. 31 do Livro 36 do 6.º Tabelião de Curitiba, e Transcrição n.º 9.099, de fls. 267-268 do Livro 3-L do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

OBS.: A referida área não foi objeto de medição e estremação.

Deixamos de atribuir qualquer valor para a referida área, visto que é de nosso conhecimento que não remanesce área livre e disponível para a F.P.C.I.

RELAÇÃO DE IMÓVEIS DA FUNDAÇÃO

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS DA FUNDAÇÃO

ENGENHEIRO BELTRÃO

- 1 — Um lote de terras no Município de Engenheiro Beltrão, constituindo o lote n.º 77 da Seção Patrimônio da Gleba Rio Mourão, com a área de 100 (cem) hectares, adquirido conforme escritura pública de doação do Estado do Paraná, lavrada no Livro n.º 62-N, fls. 53 e 54 do 3.º Tabelião de Londrina, transcrito sob n.º 15.090, no Cartório de Imóveis da Comarca de Peabirú.
Valor Cr\$ 8.000,00

OBS.: Este valor foi acertado verbalmente com o Senhor Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, para que a FPCI. escriturasse o lote p/ o Município.

GUAIÁRA

- 2 — Um lote urbano n.º 16, da quadra A, da cidade de Guaiara, com área de 872 m2, contendo uma casa de madeira de 11x11 m. com frente para a rua Tenente Roque Valença, adquirido de Carlos Areco conforme escritura pública de 29.04.55, lavrada no Livro n.º 1, fls. 86 e verso do Tabelionato de Guaiara, transcrito sob n.º 250, fls. 76, do Livro 3, em 18.05.55 do Cartório de Imóveis da Comarca de Toledo.
Valor Cr\$ 20.000,00

OBS.: Este lote foi ocupado pela P.M. de Guaiara e pelo Exército Nacional. Segundo estamos informados deve a P.M. dar outro lote na cidade. Existe uma correspondência para aquela Prefeitura a respeito do assunto.

- 3 — Um lote urbano n.º 8, da quadra n.º 16, na cidade de Guaiara, com área de 600 m2, sem benfeitorias, adquirido de Júlio Rodrigues conforme escritura pública lavrada em 11.03.55 no Livro n.º 1, fls. 81 e verso no Cartório de Guaiara, transcrito sob n.º 215, Livro n.º 3, fls. 68 em 28.03.55, no Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

OBS.: Este lote, cujo valor atual pode ser orçado em Cr\$ 6.000,00, foi negociado com Djalma Terramoto ao preço de Cr\$ 900,00, o qual pagou Cr\$ 500,00 por conta, ficando um débito de Cr\$ 400,00. (Prot. n.º). Não existe contrato.
Saldo devedor Cr\$ 400,00

TOTAL Cr\$ 28.400,00

PROJETO DE LEI N.º 58-73 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

O Projeto de Lei em testilha, oriundo da Mensagem Governamental n.º 36-73, vista, em conformidade com o disposto no parágrafo único artigo 8.º do Decreto Lei n.º 646, de 19 de junho de 1947, dar destinação ao patrimônio líquido da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — FPCI.

Conforme consta dos autos do Projeto em testilha, a referida Fundação poderia ser extinta por proposta de sua administração aprovada pelo Governador do Estado, verificando-se a sua inconveniência ou impossibilidade de sua manutenção.

O evento da extinção, conforme refere-se a Mensagem, ocorreu quando do édito do Decreto n.º 2.961, de 21 de dezembro de 1972, baseado na proposta contida no Ofício OCI-051/69 da F.P.C.I. e fundamentada no artigo 8.º e seu parágrafo único do Decreto Lei 646-47 e o artigo 5.º do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 10851 de 10 de outubro de 1953.

Pelo Decreto 2.653, de 13 de outubro de 1972, foi constituída Comissão destinada a proceder o levantamento do Patrimônio líquido da mencionada Fundação, para efeito de lhe ser dado destino na forma prevista nos atos que a instituíram.

Concluídos os trabalhos da referida Comissão, ficou demonstrada, segundo a Mensagem Governamental, a necessidade de ultimar-se a regularização domínial de inúmeros imóveis rurais, a favor de legítimos ocupantes e promitentes compradores do órgão extinto, através o seu órgão próprio, ou seja a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, solicitou anteriormente por intermédio deste Relator, que o presente Projeto de Lei fosse convertido em

diligência junto à Comissão destinada a proceder o levantamento líquido da extinta Fundação, para que a mesma encaminhasse a relação e a respectiva situação dos imóveis de que trata o parágrafo único do artigo 1.º do presente Projeto de Lei, para que esta Comissão tome conhecimento dos imóveis a serem alienados pelo Poder Executivo, através à Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Atendida a solicitação requerida, esta Comissão está em condições de opinar sobre a matéria.

Sob o aspecto formal, constitucional e jurídico a tramitação do processo é correta.

Quanto à oportunidade nada há a contestar.

Face as considerações expendidas e o que dos autos consta, opino pela aprovação do Projeto

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.9.73

aa) — Antonio F. F. da Costa — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Wilson Fortes

Quielise C. da Silva

Ivo Thomazoni

Igo Losso

Antonio Lopes Júnior

Marciano Baraniuk

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 58-73

PARECER

O Projeto de Lei enfocado, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 36-73, que visa, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 8.º, do Decreto Lei n.º 646, de 19 de junho de 1947, dar destinação ao patrimônio líquido da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I.

Referido Projeto já foi submetido à deliberação da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pelo acolhimento da medida.

No âmbito que lhe é próprio, ou seja, o aspecto financeiro, esta Comissão não vê razões para negar a aprovação do Projeto, visto tratar-se de medida que objetiva dar destinação ao patrimônio líquido da Fundação acima mencionada, a qual foi extinta por Decreto do Poder Executivo.

Destarte, opino pelo ACOHIMENTO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11-10-73

aa) — Quielise C. da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Wilson Fortes

Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95-73, de autoria dos Deputados Borsari Neto e Maurício Fruet, que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 95-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Os efluentes das redes de esgotos, os resíduos líquidos das indústrias e os resíduos sólidos domiciliares ou industriais somente poderão ser lançados às águas situadas no território do Estado, "In-Natura" ou depois de tratados, quando as águas receptoras, após o lançamento, não sofrerem poluição.

§ 1.º — Para efeito deste Artigo(considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações e ainda, possa comprometer a flora e a fauna aquáticas e a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

§ 2.º — O lançamento dos efluentes e dos resíduos de que trata este artigo dependerá de autorização expressa da "Administração de Recursos Hídricos".

Art. 2.º — Na regulamentação desta Lei, as águas do Estado serão classificadas e enquadradas de acordo com o seu uso preponderante, fixando-se os limites admissíveis e as condições de lançamento de efluentes e resíduos domésticos e industriais.

Art. 3.º — As atribuições decorrentes desta Lei ficam cometidas à Administração de Recursos Hídricos.

Art. 4.º — As pessoas físicas e jurídicas que infringirem esta Lei serão punidas com a multa diária de um (1) a dez (10) salários mínimos regionais enquanto perdurar a infração, podendo a autoridade competente interditar as instalações causadoras da poluição das águas até que cesse o motivo da poluição.

§ 1.º — A aplicação das penalidades de que trata este artigo não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

§ 2.º — As importâncias arrecadadas através da aplicação de multas serão destinadas a Administração de Recursos Hídricos.

Art. 5.º — Esta Lei será regulamentada dentro de cento e vinte (120) dias, a contar de sua aplicação.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas, as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1973.

aa) Deputados — Borsari Netto e Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA: — O Governo do Estado, através do Decreto n.º 3.209, de 14 de fevereiro de 1973, transformou o Departamento de Águas e Energia Elétrica na Administração de Recursos Hídrico — ARH — conferindo-lhe entre outras, as atribuições de estabelecer a política de utilização de recursos hídricos, e o controle de poluição dos cursos de água e resíduos industriais.

Considerando o alto grau de poluição que vem atingindo diversos cursos de águas em nosso Estado, e conhecendo-se os efeitos altamente negativos dessa poluição, entendemos plenamente justificado o nosso plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 95-73

AUTORES: Deputados Francisco Borsari Netto e Maurício Fruet

SÚMULA: Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores.

PARECER

Os nobres Deputados Francisco Borsari Netto e Maurício Fruet, apresen-

tam Projeto de Lei que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores.

Conforme justificam os autores da Proposição, o Governo do Estado, através do Decreto n.º 3.209, de 14 de fevereiro de 1973, transformou o Departamento de Águas e Energia Elétrica na Administração de Recursos Hídricos — ARH — conferindo-lhe entre outras as atribuições de estabelecer a política de utilização de recursos hídricos e o controle de poluição dos cursos de água e resíduos industriais.

Pela medida ora proposta, os aluentes das redes de esgotos, os resíduos líquidos das indústrias e os resíduos sólidos comunitários ou industriais somente poderão ser lançados às águas situadas no território do Estado, "IN-NATURA", ou depois de tratados, quando as águas receptoras, após o lançamento, não sofrerem poluição.

Considerando o alto alcance da medida proposta e os efeitos altamente negativos da poluição dos cursos de águas em nosso Estado e ao mesmo tempo considerando das mais oportunas a presente iniciativa, opinamos pela Aprovação do Projeto, já que não existe nenhum obstáculo quer de ordem constitucional, quer de ordem legal que se lhe anteponha.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973.

aa) Antonio F. F. da Costa — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

Antonio Lopes Júnior

Wilson Fortes

Quelise C. da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 95-73

1) — Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 95-73, de autoria dos nobres Deputados Borsari Netto e Maurício Fruct, que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências.

2) — Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça e seu R. Parecer de fls. se pronunciada pela legalidade e constitucionalidade da matéria; tendo-se em vista o inegável interesse social no campo da saúde pública da matéria em análise; e, finalmente, considerando-se que sua aprovação não implicará em nenhuma medida de exceção no esquema financeiro do Poder Público, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela Apreciação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1973.

22) Quelise Crisóstomo da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Álvaro Dias

Gilberto Carvalho

Wilson Fortes

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147-73, de autoria do Dep. Paulo Poli, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Oscar Martins Gomes. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 147-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Professor Dr. OSCAR MARTINS GOMES.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1973

Dep. Paulo Poli

JUSTIFICATIVA: Anexa.

Foi o Professor Dr. OSCAR MARTINS GOMES, juntamente com outros eminentes homens públicos de nosso Estado, um dos fundadores da Universidade do Paraná, bastando somente este título para merecer nossas homenagens.

Entre sua exuberante vida particular e pública podemos inicialmente mencionar que foi Presidente, já em 1913, do Centro Estudantil Paranaense. Desempenhou funções administrativas nas esferas federal e estadual (Secretário da Justiça e Segurança Pública, em 1945/46), participando algumas vezes da política partidária, foi entretanto o direito que mais fundamentalmente absorveu suas dedicações, tanto no magistério superior como na advocacia, setores em que melhor se realizou.

De sua aplicação ao estudo e à pesquisa nasceram seus escritos: teses, dissertações, artigos, estudos, articulados e arrazoados.

Catedrático vitalício, provido mediante concurso de título e provas, realizado em 1948, para a cadeira de Direito Internacional Privado, conquistando ainda o diploma de "doutor em Direito".

Examinou em concursos para várias cadeiras da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná e, também, na Faculdade de Goiás (Direito), em 1956, Paranaíba da turma de bacharelados de 1959 e Patrono da turma do 50a. da Universidade, em 1962 da Faculdade de Direito. Membro do corpo redacional da Revista da Faculdade de Direito. Organizador e 1.º Diretor do Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado da Universidade do Paraná. Membro do Instituto de Direito Internacional do Brasil, com sede no Itamarati; membro dos Instituto dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados do Paraná, onde foi Presidente por muitos anos Membro fundador, do Conselho e da Diretoria, por 20 anos da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná. Representante do Brasil — I.A.B. — junto a Union Internationale de Avocats, com sede em Paris.

Suas atividades são inúmeras, bastando citar: — constituindo ou integrando delegações da Faculdade de Direito da UP, O.A.B. — Pr. I.A. do Paraná e do Governo do Paraná, participou dos Congressos Jurídicos das seguintes cidades: Rio de Janeiro, em 1933, 36, e 43; São Paulo, em 1953, 54 e 62; Salvador, em 1947 e 49 e em Madrid, Espanha, em 1952.

Colaborador das mais importantes revistas brasileiras de Direito, a saber: Revista dos Tribunais; Revista Forense; Revista de Jurisprudência Brasileira; Anuário da Universidade do Paraná; Revista da Faculdade de Direito da UP, Paraná Judiciário; Jornal do Comércio e no Repertório Enciclopédico de Direito Brasileiro.

É de se destacar, sua participação no Quinto Congresso Internacional de Direito Comparado, realizado em Bruxelas, em 1958, onde na qualidade de membro do Comitê Brasileiro, foi o relator oficial de duas teses: "Centenas Estrangeiras de Divórcio" e "Unificação do Direito Privado nos Países Latinos".

Entre os vários livros publicados queremos destacar:

a) — Leis e Normas de Direito Int. e Privado;

b) — O Domicílio e a Nacionalidade como princípio determinantes do Estatuto Pessoal;

c) — A Letra de Câmbio no Dir. Int. Privado;

d) — Restrições e Concessões aos direitos dos estrangeiros;

e) — A Advocacia pelos estrangeiros no Brasil;

f) — Aspectos do novíssimo Direito Interplanetário;

g) — Os feitos dos protestos títulos cambiais.

Além de sua colaboração às letras jurídicas pátria, ainda vamos encontrá-lo como escritor fértil na literatura e poesia, bastando citar:

a) — Carnaval Carioca e outros Fragmentos do Rio;

b) — Goioabang (poema alusivo às origens e a formação do Paraná);

c) — Goioabang. Hino do Paraná no seu centenário — 1953, com música de Antonio Melillo.

Por tudo isto, é que podemos dizer que o Professor OSCAR MARTINS GOMES é um épico, talvez único no Paraná, com raízes fundas numa certa tradição da poesia brasileira.

Suas produções primeira, sem que ele nisto pensasse, já era mtocadas de objetivismo imperioso. Há desse tempo, de sua autoria, vários poemas expressivos, como Cleópatra, Pessimismo, Versos Brancos, que são poesias descritiva e moralizante portanto de caráter épico.

Poeta bissexto contudo poeta, não obstante mestre na advocacia e professor catedrático de direito, tem deixado correrem longos intervalos de adormecimento da poesia, entre uns e outros surtos fervido labor poemático.

Jurista dos ma's brilhantes, foi aposentado em 1963 em sua cátedra na Universidade do Paraná.

A enciclopédia de biografia "Brasil e Brasileiros de Hoje", publicada sob a direção de Afrânio Coutinho, no Rio de Janeiro, em 1961 (Editora Sul Americana S. A.), em dois volumes, traz no volume 1, páginas 561 e 562, sob o verbete GOMES, os dados biográficos de OSCAR MARTINS GOMES.

O Professor Oscar Martins Gomes, depois de haver residido alguns anos no Rio de Janeiro, integrando-se na sua vida social e cultural, voltou a viver em nossa Capital, costumando passar temporada no Rio de Janeiro.

Por todos os motivos apontados e por outros que por certo a bondade dos nobres colegas saberão suprir, é que pedimos apoio para nosso Projeto de Lei, que visa homenagear uma vida que é um exemplo de trabalho, honestidade a causa pública e às letras jurídicas, que sem dúvida merece ser destacada.

Sala das Sessões, em

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 147-73

PARECER

O desiderato do Projeto de Lei enfocado, de autoria do nobre Deputado PAULO POLI, é conceder o título de "CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ", ao Professor OSCAR MARTINS GOMES, insigne mestre do Direito.

Das mais felizes a iniciativa ora submetida à apreciação desta Comissão. Raras vezes atribui-se nesta Casa de Leis, com tantos méritos, o título pretendido pelo eminente autor do Projeto.

OSCAR MARTINS GOMES, cultor do Direito, verdadeiro baluarte da ciência jurídica, representa a cultura brasileira na sua verdadeira acepção.

Mestre de várias gerações, pesquisador incansável, autor acatado e citado pelos maiores expoentes da ciência jurídica, conferencista exuberante, amigo dedicado empenhado em aprimorar a justiça para um melhor relacionamento da sociedade, representa, sem dúvida, uma das figuras mais expressivas e humanas do Direito Brasileiro.

Sob o aspecto formal, constitucional e jurídico a proposição esta conforme, atendendo os requisitos da Lei 5638.

Quanto à oportunidade nada há a contestar e é com orgulho e entusiasmo que congratulo-me com a iniciativa, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto sem qualquer restrição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 2-8-73

2a) (Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 191-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

a) Dep. Borsari Netto

JUSTIFICAÇÃO: — O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná realmente uma Entidade de Utilidade Pública. O que pretendemos, com esta iniciativa, reconhecê-la oficialmente, pois a mesma possui os requisitos exigidos pela lei pertinente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 191-73

1) — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Borsari Netto, declarar de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba.

2) — O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, teve sua constituição na forma do Decreto Federal n.º 24.694, de 12 de julho de 1934 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por despacho de 12-6-36, preenche os requisitos exigidos pela legislação pertinente à matéria, ou seja: a) — que está em funcionamento; b) — que serve à uma coletividade e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3) — Dadas as considerações, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

aa) Antonio F. F. da Costa — Presidente

Ivo Thomazoni — Relator

Igo Losso

Antonio Lopes Júnior

Marciano Baraniuk

Wilson Fortes

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA:

Projeto de Lei n.º 191-73

que declara de utilidade pública, o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná

PARECER

1) — Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 191-73, de autoria do nobre Deputado Francisco Borsari Netto, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná.

2) — Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça em seu R. PaZrecer de fls., se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria e não havendo implicação de ordem financeira na eventualidade de sua aprovação não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela Aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

João C. Fadel — Relator

Álvaro Dias

Gilberto Carvalho

Wilson Fortes

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário do Magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Londrina, Dr. Garcia Lopes.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Dra. Regina Kleemann Martenetz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 200-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telegrama ao Sr. Prefeito Municipal, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso, congratulando-se pela comemoração do 26.º aniversário de função do referido Município. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem do 17.º aniversário de fundação do vespertino "Tribuna do Paraná". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne autorizar o Senhor Diretor do D.E.R. a reparar as estradas que servem à Região de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração a se dar no final da presente semana, pelo Sr. Governador do Estado, das rodovias "Celso Garcia Cid". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, bem como ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido que seja encaminhado ao Congresso Nacional, uma Mensagem propondo a criação do Tribunal Regional do Trabalho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando credenciação para representar esta Casa na Comitiva

de empresários do Sul do País, que estará no Norte do Brasil nos dias 20 a 30 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, indicando o Sr. Deputado Paulo Poli, para substituir o ex-Deputado Armando Queiroz, para integrar a Comissão Especial que cuida da criação do Instituto de Aposentadoria Parlamentar. — **A Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 228-73. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 218-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 185-72, 58-73 e 147-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 128-73 e 200-73,

marcando ainda, Sessão para sexta-feira, dia 19, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs. 40-73 — 53-73 — 61-73 e dos Projetos de Lei n.ºs. 141-72 — 26-73 — 65-73 — 67-73 — 93-73 — 103-73 — 121-73 e 170-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

7.a LEGISLATURA

Ata da Sessão de Instalação

Aos onze dias do mês de Outubro do corrente ano de 1973 na sala de reuniões das Comissões desta Casa, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida por Sua Excelência Deputado João Mansur, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de averiguar denúncias dos moradores da área em litígio entre São Paulo e Paraná. Assumiu a Presidência na forma Regimental nesta Reunião, o ilustre Deputado Arthur de Souza. Presentes todos os membros, os Ilustres Deputados Arthur de Souza, Lazaro Dumont, Fabiano Braga Côrtes, Maurício Fruet e Luiz Roberto Soares. Em seguida o Sr. Presidente procedeu a votação para escolha de Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão, ficando desta forma constituída: Maurício Fruet, Presidente; Arthur de Souza, Vice-Presidente; e Lazaro Dumont, Relator. Imediatamente empossados, o Sr. Presidente, indicou o nome do Bacharel Paulo de Tarso de Oliveira Abbas, do quadro de pessoal deste Poder, da carreira de Advogado, para Secretariar a presente Comissão Parlamentar de Inquérito e, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando outra para o dia 15 do corrente mês às 17 horas. Para constar, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretário, e demais membros da Comissão para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 11 de outubro de 1973.

(aa) Maurício Fruet — Presidente

Paulo de Tarso de Oliveira Abbas — Secretário

Arthur de Souza — Vice Presidente

Lazaro Dumont — Relator

Luiz Roberto Soares — Membro

Fabiano Braga Cortes — Membro